

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O CAPITALISMO BRASILEIRO INCOMPLETO: UMA  
ANÁLISE DE ECONOMIA POLÍTICA A PARTIR DO  
PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO**

LUANA MELLO ANDRADE  
Matrícula nº: 109093132

ORIENTADOR: Prof. Eduardo Costa Pinto

AGOSTO 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O CAPITALISMO BRASILEIRO INCOMPLETO: UMA  
ANÁLISE DE ECONOMIA POLÍTICA A PARTIR DO  
PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO**

---

LUANA MELLO ANDRADE  
Matrícula nº: 109093132

ORIENTADOR: Prof. Eduardo Costa Pinto

AGOSTO 2018

LUANA MELLO ANDRADE  
Matrícula nº: 109093132

# **O CAPITALISMO BRASILEIRO INCOMPLETO: UMA ANÁLISE DE ECONOMIA POLÍTICA A PARTIR DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO**

Monografia de conclusão de curso apresentada  
à Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como parte das exigências para a obtenção do  
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.: Dr. Eduardo Costa Pinto (Orientador)

---

Prof.: Dr. Alexandre Laino Freitas

---

Prof.: Dr. Wilson Vieira

*As opiniões contidas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.*

*Dedico este trabalho à minha avó Nilda, por tanto ter me apoiado nesta trajetória e me inspirado a ser uma mulher forte.*

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao Professor Eduardo Costa Pinto, não somente pelo suporte na elaboração deste trabalho, mas por ter sido responsável por me apresentar à Economia Brasileira, onde me encontrei enquanto economista. Agradeço por ter sido não somente um professor, mas também um grande amigo por quem tenho profunda admiração e carinho.

Meus dias no Instituto de Economia da UFRJ não teriam sido os mesmos sem a companhia dos meus grandes amigos: Marcelo Moraes, Victor Bridi, Victoria Huber, Leonor Jungstedt, Beatriz Rosenburg, Clésio Lacerda, Daniel Farina, Gustavo Andreão, Fernanda Almeida e Adriana Lopes. Os agradeço por todo o conhecimento trocado, pelo apoio prático e emocional nos pequenos e grandes desafios da graduação.

Agradeço de maneira muito especial aos meus amigos do CORECON-RJ: Douglas Eustáquio, Suelen, Lucas de Carvalho, Igor Esteves, Luísa Alem, Matheus Laranjeira, Márcio Oliveira e Daniel Senna, que partilharam o dia-a-dia do curso preparatório para a ANPEC, e dividiram por todo esse ano de 2018 o objetivo de aprovação no mestrado em economia.

Em especial, à minha grande amiga da vida: Roberta Miniati, que acompanhou de perto toda a minha trajetória até aqui, me incentivando, dando força dia após dia para a conclusão deste trabalho, e que abriu as portas da sua casa tantas vezes para que tivéssemos mútua motivação em estudar. Agradeço também aos grandes amigos que a vida me deu: Daniel Valentim, Viviane Ribeiro e Érica Piccoli, que me observaram tão de perto amadurecer pessoalmente e profissionalmente.

Minha gratidão à minha querida Lili, que apesar dos “esporros” foi a grande responsável pelo meu despertar para a conclusão deste ciclo. Agradeço por ter sido uma grande inspiração de força, trabalho duro e por todo o carinho dispensado durante o tempo que estivemos juntas na execução desse trabalho. Também agradeço às minhas queridas amigas de BH: Camila Lopes, Paula Januzzi e Vanina Lima, que me enriquecem sempre com o conhecimento político e os debates travados.

Finalmente, essa caminhada não teria sido possível sem o grande apoio da minha família. Meu pai Roger, que foi a vida inteira um grande entusiasta da minha educação e trabalhou duro para garanti-la da melhor forma possível. À minha mãe, Lílian que é um exemplo de educadora e por ter despertado meu grande amor pelo conhecimento desde cedo. Ao meu irmão Pablo, por ser um grande parceiro de vida e ter dividido a graduação em economia comigo até aqui. Por fim, à minha avó Nilda que apoiou sobremaneira meus anos de graduação em todos os aspectos possíveis, por quem tenho profundo amor e admiração e sem a qual, certamente, meu caminho seria mais espinhoso. Agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui e por realizar os meus sonhos.

## RESUMO

A presente monografia discute como o capitalismo brasileiro em seu nascimento é limitado e incompleto na perspectiva de passagem de uma economia primário exportadora a uma economia industrial. A análise parte das controvérsias sobre a industrialização brasileira, a saber: a industrialização a partir de choques adversos e industrialização induzida por exportações, e desemboca na interpretação da Escola de Campinas que abarca uma análise mais profunda, considerando elementos históricos de nossa formação social para uma elaboração não somente do processo de industrialização por si só, mas do capitalismo brasileiro, sendo este, tardio. Esta interpretação, no entanto, deixa lacunas, sobretudo, quando se compreende que o papel das classes sociais e suas interações colocam-se como imprescindíveis para a explicação de nosso capitalismo peculiar. Neste sentido, o trabalho chega ao seu ponto principal, indicando que a limitação do capitalismo brasileiro, em grande parte deve-se ao pacto agrário conformado pelos interesses dos setores dominantes constituídos pelo seu “jeitão” que tem como contraface o antirreformismo. Conclui-se que as raízes antirreformistas de nossos setores dominantes, se contrapõem fortemente ao progresso econômico e social do país, representando a este, obstáculo intangível.

**Palavras-Chave:** industrialização, capitalismo tardio, classes sociais, pacto agrário, patriarcalismo, antirreformismo, escravidão.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>12</b>
<b>INTERPRETAÇÕES CLÁSSICAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS E INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA POR EXPORTAÇÕES.....</b>	<b>12</b>
I.1 A TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS .....	12
I.1.1 As Crises e Choques da Primeira República.....	13
I.1.2 O Processo de Industrialização na década de 1930 .....	17
I.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA POR EXPORTAÇÕES.....	20
I.3 OS LIMITES DAS TEORIAS DOS CHOQUES ADVERSOS E INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA POR EXPORTAÇÕES.....	23
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>26</b>
<b>A INTERPRETAÇÃO DA ESCOLA DE CAMPINAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA (O CAPITALISMO TARDIO): AVANÇOS E LIMITAÇÕES.....</b>	<b>26</b>
II.1 A MÃO DE OBRA ASSALARIADA E A GENERALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES MERCANTIS .....	27
II.2 AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO CAPITALISTA BRASILEIRO .....	31
II.2.1 Colonialismo e capitalismo .....	31
II.2.2 Café e Indústria.....	33
II.3 A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL: O CAPITALISMO TARDIO.....	37
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>41</b>
<b>A FORMAÇÃO BRASILEIRA COMO LIMITE À INDUSTRIALIZAÇÃO: PACTO AGRÁRIO, CARÁTER E ANTIRREFORMISMO DOS SETORES DOMINANTES.....</b>	<b>41</b>
III.1 O PACTO AGRÁRIO: UMA COEXISTÊNCIA PACÍFICA ENTRE A BURGUESIA CAFEIEIRA E A BURGUESIA INDUSTRIAL .....	42
III.2 ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIAIS DO PACTO AGRÁRIO: AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS E ESTRATÉGICAS DOS SETORES DOMINANTES BRASILEIROS .....	49
III.2.1 O Caráter brasileiro: os elementos constitutivos do “jeitão” das classes dominantes .....	49
III.2.2 O Antirreformismo .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>



## INTRODUÇÃO

Há na literatura de economia brasileira uma importante discussão acerca do surgimento da industrialização no Brasil durante o final da Primeira República. A economia agroexportadora, principalmente pautada no café, permaneceu como o eixo dinâmico de acumulação desde fins do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, transportando o Brasil de um cenário colonial à perspectiva da *Belle Epoque* do capitalismo no mundo, e paralelamente à incipiência do capitalismo brasileiro na República Burguesa. Essa, portanto, teve no café o elemento comum e o ponto de partida que se centram as contradições do surgimento da industrialização brasileira.

Em meio a grandes debates atuais sobre os caminhos e limites do desenvolvimento brasileiro, retornar às questões centrais para nosso regime de acumulação como a transição da economia primário-exportadora para a industrialização – e nascimento do nosso capitalismo – e entendê-las com amplitude, contribui de maneira fundamental para a decisão de que pontos de partida teóricos os debates e formulações contemporâneas poderão se pautar, além de elucidar a essência histórica e social da atual estrutura de classes e suas determinações ao capitalismo brasileiro.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo oferecer uma interpretação complementar à elaboração da Escola de Campinas sobre os limites do capitalismo brasileiro, buscando analisar o **Pacto Agrário** – não ruptura da estrutura de classes tradicionais no processo entre burguesia cafeeira e industrial – como um fator limitante à industrialização e à formação do capitalismo brasileiro. Pacto, este, que foi estruturado pelo andar de cima e que somente consegue ser compreendido por dois aspectos fundamentais que conformam a identidade e as estratégias dos setores dominantes brasileiros, a saber: o caráter brasileiro que vai ser forjado pelo jeitão dos dominantes; e o antirreformismo como a estratégia para perpetuação das posições sociais e manutenção de privilégios das classes dominantes.

Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro apresenta uma revisão das teorias de industrialização tradicionais, primeiramente, a dos Choques Adversos na qual Furtado (2007 [1959]), em convergência com a visão cepalina, argumenta que a industrialização brasileira somente foi possível a partir da Crise de 1929, por meio da junção da derrocada dos preços internacionais do café e das suas respectivas políticas de defesa dos preços. Ele utiliza como argumento principal o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira das exportações à demanda do mercado interno. Em segundo momento, o capítulo

apresenta a Teoria da industrialização induzida pelas exportações, em que Peláez (1979) e Dean (1971) tecem críticas à teoria dos choques adversos, e focam a melhora do setor exportador nos anos 1930 e sua expansão, como indutores da industrialização.

O segundo capítulo detalha a visão sobre a industrialização brasileira sob a perspectiva da Escola de Campinas. Em um conjunto estruturado de análise, esta interpretação, apesar de utilizar elementos da Teoria dos Choques Adversos, menciona o caráter parcial das explicações clássicas da industrialização, por não considerarem o processo de industrialização articulado com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O que se coloca como cerne dessa formulação é a consideração de condições sociais prévias para a efetivação da atividade industrial, tais como: a inserção da mão-de-obra imigrante assalariada em substituição à escrava; diversificação do emprego de capital; desenvolvimento de núcleos urbanos; intensificação da divisão social do trabalho e generalização das relações mercantis. No início da indústria, observa-se outra fase da substituição de importações, sendo que o desequilíbrio externo obrigou a adoção de medidas que desestimulassem as importações. Por fim, a conclusão que se chega é a de que já havia se consolidado uma indústria de máquinas e equipamentos através da importação, portanto, a necessidade de inversão de capitais de forma mais intensiva na indústria acabava sendo relativamente inferior, não impondo, a princípio, disputa com o setor agroexportador nesse sentido, nem no foco de políticas de incentivo e fomento por parte do Estado. Assim percebe-se, que a substituição de importações poderia ocorrer na franja de uma economia agroexportadora, sem que representasse uma ruptura do caráter dessa economia. Parte-se daí o entendimento do conceito de Pacto Agrário, que foi explicado pela Escola de Campinas de maneira incompleta, ao não adentrar mais profundamente à sua dimensão interna (relações de poder entre as frações de classes dominantes e entre os dominantes e os dominados).

É esta questão deixada em aberto por essa escola – que coloca de forma unívoca a determinação de aliança de classes (pacto agrário) em virtude do caráter econômico dos interesses das classes dominantes e, sobretudo, da forma idealizada (influenciada por uma leitura weberiana da identidade de classe) como as classes são percebidas pela Escola de Campinas – que será o eixo analítico do terceiro capítulo.

Portanto, o terceiro capítulo adentra a lógica da formação e estratégia do Pacto Agrário construído pelos setores dominantes. A tese focal é a de que a manutenção do Pacto Agrário foi um limite claro ao processo de industrialização, e consequentemente do desenvolvimento pleno do capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que manteve o poder dos setores dominantes brasileiros.

O Pacto agrário será discutido a partir, tanto do DNA, como das estratégias dos setores dominantes brasileiros que tem como contraface a constituição do caráter brasileiro e do antirreformismo, principal estratégia para manutenção da dominância da posição das elites. No que diz respeito ao caráter, serão discutidos os argumentos de Gilberto Freyre, apresentados em *Casa Grande e Senzala* (2003); de Sergio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil* (1995 [1936]); e de Francisco de Oliveira (2012), em seu artigo: *Jeitão e jeitinho: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro*. Quanto à discussão do antireformismo, o debate apoiou-se nos argumentos Nelson Oliveira apresentado em seu artigo *Antirreformismo, estabilidade e desarticulação social: espectros de um republicanismo oligárquico* (2009).

Por fim, as considerações finais trazem todo o desenvolvimento do trabalho sobre a gênese da industrialização e suas considerações sociais servindo, ainda, como base para o debate contemporâneo dos limites existentes ao desenvolvimento do nosso capitalismo, de forma a problematizar mais essa questão.

# **CAPÍTULO I**

## **INTERPRETAÇÕES CLÁSSICAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS E INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA POR EXPORTAÇÕES**

Este capítulo tem como objetivo analisar, de forma crítica, as interpretações clássicas (teorias dos choques adversos e induzida pelas exportações) sobre o nascimento da industrialização brasileira, destacando seus mecanismos de propagação, suas principais controvérsias e as suas limitações para a compreensão mais profunda do processo de formação do capitalismo brasileiro, sob impactos da industrialização.

Para tanto, o capítulo está dividido em três seções. Na primeira (seção I.1) discute-se a Teoria dos Choques Adversos, desenvolvida por Celso Furtado, cujo argumento principal é de que a industrialização brasileira teria sua origem na década de 1930 e seria fruto dos choques exógenos causados pelas crises associadas às políticas de defesa do preço do café, que por fim, ampliaram o mercado interno. Na segunda (seção I.2) apresenta-se a interpretação da Teoria da industrialização induzida pelas exportações desenvolvida por Peláez, o qual argumenta que a industrialização brasileira teria sido induzida pela dinâmica das exportações, interpretação contrária à visão de Furtado. E, por fim, na terceira (seção I.3) são apresentados os limites dessas duas teorias ao darem pouca relevância às condições sociais prévias para industrialização, tais como: a formação do mercado de trabalho; intensificação da divisão social do trabalho e generalização das relações mercantis, com a consolidação do capital comercial.

### **I.1 A Teoria dos Choques Adversos**

A Teoria dos Choques Adversos se inseriu, originalmente, no conjunto de estudos da Cepal que buscavam compreender o desenvolvimento de países periféricos da Cepal. Tavares (2000 [1964]) e Furtado (2007 [1959]) vão estudar de forma específica o caso brasileiro a partir de elementos particulares do nosso processo de formação. Essa teoria em sua versão dita

“extrema” – dadas às características do modelo agrário exportador<sup>1</sup> — argumenta que a industrialização nesses países periféricos seria fruto, sobretudo, de choques externos articulados às políticas de defesa do café. Esses choques – sejam por crises financeiras externas ou guerras – atuariam no sentido de agravar a vulnerabilidade de suas balanças de pagamentos deteriorando, por um lado, a renda das exportações ou “espantando” fluxos de capitais externos, e limitando, por outro, a capacidade de importação desses países, o que ocasionaria relativa carestia de itens essenciais de suprimento do mercado interno. Desta forma, a necessidade de substituição de importações levaria os países a intensificar seu processo de industrialização por meio da diversificação de sua matriz produtiva, passando a ser impulsionado por um processo de “crescimento para dentro”.

Para Furtado (2007 [1959]) e Tavares (2000 [1964]), o processo de industrialização no Brasil tem sua origem na década de 1930, sendo que a crise financeira global de 1929 (choque adverso), articulada com as políticas de defesa do café que teriam garantido renda interna, teria sido o fator explicativo para a mudança do paradigma de crescimento econômico do modelo agrário exportador para o “crescimento para dentro”, onde a industrialização assume o papel de eixo dinâmico. Para esses autores, a década de 1930 é o marco originário da industrialização à medida que as perdas de receitas de exportação, que geraram quedas na renda nacional, vão se constituir cronicamente em restrição às importações, ao mesmo tempo que as políticas intervencionistas (para garantir o preço do café) vão amenizar a redução do emprego e renda, permitindo certa manutenção do mercado interno que foi central para criar demanda para a indústria nacional, num contexto de restrição das importações. Estabelece-se a partir daí condições para o processo de substituição de importações brasileiro.

### **I.1.1 As Crises e Choques da Primeira República**

Os choques exógenos, em maior ou menor escala, sempre fizeram parte da dinâmica da economia brasileira, desde o ciclo do açúcar, em virtude da vulnerabilidade externa (dependência do comércio internacional) da economia agrária exportadora. A partir do fim do século XIX e início do século XX, com a relativa complexidade social, política e econômica da

---

<sup>1</sup> Dependência das exportações de produtos primários para geração de renda, que tem como contrapartida a dependência de importações para suprir a demanda interna.

economia brasileira os choques exógenos passaram a impactar de forma mais ampla a renda interna, sobretudo, com o advento da economia cafeeira.

Nessas economias primário-exportadoras, as exportações, variável exógena, assumem uma papel principal para o crescimento da renda nacional, ao passo que a maior parte dos bens (de capital, intermediários e finais) são importados. Isso implicava um elevado coeficiente de importação e que as divisas geradas pelas exportações teriam de ser suficientes para cobrir as importações. Caso isso não acontecesse a crise no balanço de pagamento era certa.

Dessa forma, as economias marcadas pelo crescimento “para fora” dependiam da demanda externa por produtos primários para a dinâmica de seu crescimento e, com isso, possuíam enorme vulnerabilidade externa. Para Tavares (2000 [1964]), esse tipo de crescimento “para fora” foi fruto de uma divisão internacional do trabalho que fora imposto pelo desenvolvimento das economias de países do centro.

O desdobramento natural da dicotomia entre o setor externo e interno nas economias primário-exportadoras é uma expressiva separação entre a divisão social do trabalho, criando uma esquema dual. Enquanto o setor externo é bem definido, com maior rentabilidade e especializado em um ou dois produtos primários, o setor interno é caracterizado basicamente por produção de subsistência, com baixa produtividade, e direcionado para a produção de bens de primeira necessidade das classes incorporadas ao consumo. A disparidade de distribuição social de renda é fruto desse esquema dual de divisão do trabalho (TAVARES, 2000 [1964]).

Somadas às características estruturais das economias primário-exportadoras destacadas por Tavares, há ainda no Brasil, características acerca da produção cafeeira que acentuam a dinâmica descrita. As condições específicas do plantio de café, como clima, elasticidade da oferta de mão de obra e abundância de terras significaram aos produtores brasileiros o controle de três quartos da oferta de café no mercado internacional. Ao mesmo tempo, destacam-se as baixas elasticidades renda e preço da demanda desse produto que indicavam claramente limites para expansão da oferta, sobretudo nos EUA – principal mercado consumidor. O equilíbrio neste mercado ocorria ou pela saturação da demanda, ou pelo lado da oferta, quando a capacidade produtiva fosse ocupada, o que, portanto, significava forte tendência à baixa de preços do café no longo prazo (FURTADO, 2007 [1959]).

Os choques exógenos tiveram início, nessa estrutura econômica centrada no café, a partir do fim da década de 1890 (1893 e 1897) quando os preços do café declinam em função das crises externas e paralela superprodução. A depreciação da moeda foi o mecanismo pelo qual se absorveu os efeitos da crise em 1893, cuja repetição tornou-se impraticável em 1897

em face à crescente pressão popular vis-à-vis a deterioração da renda real (com o aumento da inflação fruto da depreciação, já que praticamente tudo era importado), sobretudo, da classe média, como afirma Furtado (2007 [1959], p. 254 e 255):

“Durante este mesmo período, os grupos que exerciam pressão sobre o governo central tornaram-se mais numerosos e complexos. Assinalamos a importância crescente da classe média urbana, na qual se destacava a burocracia civil e militar era diretamente afetada pela depreciação cambial. [...] Por último, os comerciantes importadores e os industriais, cujos interesses por motivos distintos se opõem ao dos cafeicultores, encontram no regime republicano oportunidade para aumentar seu poder político.”

Considerando a posição de quase monopólio do Brasil na oferta mundial de café, a política que se seguiu para reequilibrar a oferta e a demanda foi concebida no Convênio de Taubaté, em 1906, a partir da retirada de parte do excedente do mercado através do financiamento desses estoques com empréstimo estrangeiro, garantindo, por fim, a estabilidade de preços no curto prazo.

Entre 1913 a 1914, uma nova deterioração do balanço de pagamentos provocou uma forte contração monetária e lançou a economia em uma nova recessão. O influxo de capitais, a queda das exportações da borracha e a venda forçada dos estoques de café<sup>2</sup> – o que reverteu à tendência de alta dos preços – provocou, ao mesmo tempo, um desequilíbrio no balanço de pagamentos e uma forte desaceleração econômica que se refletiu no crescimento do déficit orçamentário do governo – uma vez que a principal fonte de arrecadação era via impostos de importação que decresceram com a recessão –, num contexto de impossibilidade de levantar novos empréstimos com credores externos. Esse desequilíbrio externo significou, em última instância, um forte arrocho monetário (FRITSCH, 1989).

A despeito dos ciclos anteriores de crise do balanço de pagamentos, a Primeira Guerra Mundial produziu efeitos distintos sobre a economia brasileira do período. Segundo Fristch (1989), a guerra não teve efeito imediato nas exportações brasileiras até 1916. O maior impacto, no entanto, se deu nas importações que já se encontravam em níveis acentuadamente baixos desde o biênio da recessão de 1913-1914, por um lado sendo reflexo da restrição da oferta externa de manufaturados, por outro, produto da fraca atividade interna, deprimida desde o período destacado.

---

<sup>2</sup> Em 1913, uma ação antitruste movida nos Estados Unidos contra os detentores da parcela dos estoques de café provenientes da supersafra de 1906, comprados com o aval do governo federal, ainda não vendidos e retidos em Nova York, obrigou a venda desses estoques. (FRISTCH, 1989 p. 40).

O cenário restritivo do comércio internacional no contexto de guerra resultou em um primeiro desdobramento à indústria brasileira, que teve sua capacidade ociosa utilizada no crescimento de algumas indústrias de alimentos com vistas à exportação:

“A interrupção do suprimento de algumas fontes tradicionais de certas matérias-primas e alimentos, que o Brasil podia suprir aos altos preços então vigentes, permitiu a expansão de exportações não tradicionais e estimulou o crescimento em várias indústrias de processamento de alimentos. Com as largas margens de ociosidade existentes no início da guerra, as restrições à importação causaram notável recuperação da produção industrial doméstica a partir de 1915.” (FRITSCH, 1989 p.43)

Assim, não houve expansão da capacidade industrial no período em virtude das restrições de importação e de oferta de bens de capital. No entanto, a atividade industrial, que caiu 8,7% em 1914, apresentou significativa recuperação. Desta forma, o saldo brasileiro ao fim da guerra foi de equilíbrio externo na comparação com a maioria dos anos anteriores (FRITSCH, 1989).

Com a Crise de 1929, o antigo mecanismo de defesa do preço do café por meio do câmbio, posta em prática durante as décadas anteriores, não configurava mais um processo viável diante da profundidade da crise. Os estoques de café acumulados não conseguiam mais financiamento tanto externo, dada a depressão em que se encontrava o mercado de capitais, como interno, que era anteriormente concedido pelo governo que na crise não tinha mais disponibilidade de recursos com a redução das divisas. A partir daquele momento ocorreu uma espiral de queda do preço do café seguida de depreciação cambial, que anulava em parte o efeito da queda do preço e, por fim, estimulava novas colheitas do produto, gerando nova queda do preço. As perdas do setor exportador eram absorvidas pela sociedade por meio do encarecimento das importações, e a tentativa de financiamento doméstico através da expansão do crédito, contribuía para acentuação do desequilíbrio externo e maior depreciação monetária (FURTADO, 2007 [1959]).

Decorre que durante toda a década de 1930, o preço do café não se recuperou como o de outros produtos primários a partir de 1934, chegando a baixar cerca de 40% sem que a demanda sofresse qualquer tipo de resposta. Furtado (2007 [1959]) argumentou que a manutenção do investimento agregado líquido positivo nos anos de depressão<sup>3</sup> –, sobretudo na política de defesa do café, se constitui em uma política anticíclica – antes mesmo do

---

<sup>3</sup> Em 1933, o investimento líquido atingira 10% do produto líquido daquele ano, sendo do montante total de 2,1 bilhões de cruzeiros, 1 bilhão investido em estoques do café, enquanto que em 1929 havia sido de aproximadamente 9% -,



desenvolvimento da macroeconômica keynesiana –, que possibilitou a garantia de algum nível de manutenção do emprego em outros setores subjacentes ao primário-exportador, pelo efeito multiplicador deste naqueles.

### **I.1.2 O Processo de Industrialização na década de 1930**

A despeito dos impactos dos choques externos sobre a dinâmica de acumulação, para os teóricos dos choques adversos é somente com a crise de 1929 que há uma quebra paradigma anterior sustentado no setor cafeeiro, como centro dinâmico de acumulação, e o surgimento de novos marcos propulsores do processo de industrialização brasileiro.

A crise de 1929 trouxe uma condição perene ao setor cafeeiro que consistia em sua estagnação durante toda a década, a despeito da recuperação de outros setores internos e da economia mundial. A queda das receitas de exportação produziu um nível insuficiente de divisas para cobrir as importações. Como argumenta Furtado:

“Nos anos de depressão, ao mesmo tempo em que contraíam as rendas monetária e real, subiam os preços relativos das mercadorias importadas, conjugando-se dois fatores para reduzir a procura de importações. Já observamos que em 1929 ao ponto mais baixo da depressão a renda monetária reduziu 25 a 30%. Neste mesmo período o índice de preços dos produtos importados subiu 33%, a redução do *quantum* das importações foi de 60%. Consequentemente, o valor das importações baixou de 14 para 8% da renda nacional bruta, satisfazendo-se com oferta interna parte da procura que antes era coberta por importações.” (FURTADO, 2007 [1959]; p 277).

À medida que a demanda interna tornava-se mais firme que a externa, as novas oportunidades que oferecia o setor interno resultavam em uma tendência de alteração dos investimentos dos empresários em direção à produção para o mercado interno e, a partir disso, o mercado interno passa a assumir papel relevante na demanda, passando à inédita posição de relevância no processo de formação do capital. A política que muitos países da América Latina adotaram para defender seus mercados, como a restrição e maior controle de importações, elevação da taxa de câmbio, compra de excedentes e financiamento de estoques, não só tiveram caráter protetivo ao desequilíbrio externo vigente, mas indiretamente, sustentaram a *proto* industrialização em curso, a partir da renda criada em função dessa política (TAVARES, 2000 [1964]).

Portanto, dada a demanda interna acumulada e mantida no país e em paralelo à forte restrição da capacidade de importar, o ajuste tradicionalmente feito a partir do comércio exterior não se configurava como uma possibilidade viável. O resultado desta dinâmica foi o

encarecimento acentuado dos preços relativos das importações, estimulando o processo de substituição de produção de parte dos bens importados (TAVARES, 1964). Neste sentido, o setor ligado ao mercado interno, em muitos casos, viu sua rentabilidade aumentar, atraindo capitais desinvestidos inclusive do setor exportador, assim como a partir do crescimento de seu próprio lucro (FURTADO, 2007 [1959]).

A grande questão que se seguiu a partir desta mudança de centro dinâmico, consistiu no paradoxo entre a necessidade de bens de capital, os quais no primeiro momento deveriam ser importados para expansão da indústria que estava se formando, e na restrição em importar que se havia estabelecido no cenário geral da economia mundial em crise. No entanto, no caso brasileiro o primeiro momento daquela expansão da indústria se deu no aproveitamento da capacidade ociosa já existente. O maior aproveitamento da capacidade instalada da indústria significou, neste contexto, maior rentabilidade ao setor interno, criando acúmulos de lucros que foram fundamentais para a expansão da indústria em momento posterior (FURTADO, 2007 [1959]). Assim, juntamente à redistribuição dos fatores, sobretudo as divisas disponíveis, o redirecionamento da capacidade de importar voltou-se ao propósito de obter novas máquinas e equipamentos necessários à expansão da capacidade instalada e dar, assim, prosseguimento ao processo de substituição de importações (TAVARES, 2000 [1964]). Nesse sentido, Furtado (2007 [1959]) argumentou que o crescimento da demanda de bens de capital e as ainda limitações de importação, fruto da depreciação cambial e da elevação dos preços, impulsionaram a instalação de uma nova indústria de bens de capital no Brasil, que foi importante para o subsequente desenvolvimento da industrialização. Nas palavras de Furtado (2007 [1959], p. 280):

“(...) a produção de bens de capital no Brasil pouco sofreu com a crise (se a medirmos pela de ferro, aço e cimento), recomeçando a crescer já em 1931. Em 1932, ano mais baixo da depressão no Brasil, aquela produção já havia aumentado em 60% com respeito a 1929. No mesmo período, as importações de bens de capital se haviam reduzido a pouco mais da quinta parte. É de enorme significação o fato de que em 1935 as inversões líquidas tenham ultrapassado o nível de 1929, quando as importações de bens de capital apenas haviam alcançado 50% do nível deste último ano. O nível de renda nacional havia se recuperado, não obstante esse corte pela metade nas importações de bens de capital. É evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar, parte dos materiais necessários à manutenção e à expansão da sua capacidade produtiva.”

Essa nova dinâmica centrada na indústria, sem se desconsiderar outros fatores relacionados aos limites do comércio exterior, proporcionou uma franca recuperação da

economia brasileira. Entre 1929 a 1937, a produção industrial cresceu cerca de 50% e a produção primária para o mercado doméstico cresceu 40%, ao passo que a renda nacional cresceu 20%.

Em suma, não há dúvidas a respeito das mudanças na estrutura produtiva brasileira na década de 1930 com o aumento da participação da indústria na geração de renda nacional. Isso evidenciou a passagem para um modelo de crescimento “para dentro”, onde as exportações passam a ocupar um novo papel, sobretudo, criando as divisas para a continuação da trajetória de substituição de importações. Em consequência dessas mudanças, a demanda externa como variável exógena para a impulsão da dinâmica interna dá lugar ao investimento (FBCK), cuja composição e montante tornam-se fundamentais para o prosseguimento ao processo de desenvolvimento da indústria.

Desta forma, o eixo central de acumulação passa de uma lógica externa para uma interna. Tavares (2000 [1964]), no entanto argumenta o caráter parcial e fechado do processo de industrialização em virtude: (i) do fato que o setor primário pouco sofreu alterações estruturais, sobretudo o exportador, cuja base manteve-se precária e sem dinamismo; e (ii) de que os novos setores que aparecem neste processo se expandem no ambiente restrito/fechado dos mercados nacionais. A última constatação implica falta de mudança na divisão internacional do trabalho no processo de surgimento de novos setores, ainda que a divisão social do trabalho no âmbito interno tenha sofrido alterações.

A explicação da mudança da estrutura produtiva em favor da indústria na década de 1930 dada pela Teoria dos Choques Adversos é de que a industrialização brasileira foi produto, principalmente, da Grande Depressão a partir de 1930, num contexto de políticas de defesa do café. A recessão mundial teria como implicação o aumento dos termos de troca, de forma persistente, do Brasil com o mundo, encarecendo significativamente as importações do país. Concomitantemente, a perda de renda do setor cafeeiro e a consequente perda de rentabilidade relativa do setor, indicaria a transferência do capital agrícola, para o industrial urbano. À medida que este capital é transferido, o próprio processo de industrialização, através de substituição de importações, fomenta o alargamento do mercado interno, o que por fim, induz a própria expansão industrial *a posteriori*.

A partir da interpretação dada pela Teoria dos Choques Adversos para o fenômeno da industrialização brasileira vão surgir outras interpretações que seguiram em sentido oposto (industrialização induzido por exportações) ou complementar crítico (Escola de Campinas).

## **I.2 A Industrialização Induzida por Exportações**

A Teoria da Industrialização Induzida pelas exportações toma uma direção diametralmente oposta à Teoria dos Choques Adversos ao negar os impactos favoráveis tanto da Grande Depressão sobre a industrialização brasileira, como da transferência de capital entre os setores agrícola e industrial urbano. Além disso, critica a ideia de que industrialização foi originada em razão de elementos imanescentes da própria lógica do café – como, por exemplo, este sendo determinante para a criação de um mercado consumidor – e intensificada pela melhora do setor externo e, portanto, do setor exportador. Como resultado disso, questionou-se o papel tanto do Estado e das finanças públicas no processo de industrialização, como do capital originário da indústria.

Vejamos as principais críticas levantadas pelos teóricos da industrialização induzida pelas exportações. O primeiro ponto de questionamento se refere ao papel dos choques para o esforço industrial.

Warren Dean em sua obra: “A industrialização de São Paulo” de 1971, questiona os dados<sup>4</sup> apresentados pelo censo da época relativos ao crescimento industrial, superestimando-o entre 1920 e 1940 ao não considerar a desvalorização dos mil-réis e do crescimento populacional do período. Ainda segundo Dean (1971), os anos em que as importações sofreram retrações, foram da mesma forma, os piores anos da produção industrial. Ele destaca ainda que a queda das importações estava mais fortemente associada à queda das importações de bens de capital e matérias-primas que de bens de consumo. Dessa forma, para ele, o percentual de queda das importações esteve correlacionado à queda das importações de bens de capital, fator que impôs à indústria no período muito mais a manutenção de sua estrutura produtiva que propriamente da expansão de seus mercados.

Outro ponto criticado é a relevância dada à política de defesa do café por meio da expansão do crédito interno, implicando uma política expansionista. Peláez (1968) afirmou que a política de defesa do café não teve caráter tão expansionista, já que, para ele, a política foi, em grande parte, financiada com a contração de empréstimos do exterior.

Peláez (1968) segue argumentando que o grande déficit orçamentário do governo a partir de 1929 foi fruto, em grande medida, da queda das receitas alfandegárias. As políticas do governo, a partir de 1931, de redução do déficit orçamentário e, simultaneamente,

---

<sup>4</sup> Crescimento das ocupações industriais entre 1920 e 1940 apenas de 13% a 14% na verdade, no entanto, a produtividade não se configura como justificativa do crescimento da produção suposto. Esta crescera apenas 4% em vinte anos. (DEAN, 1971, p. 118).

aumento dos impostos, contribuiu significativamente para o aprofundamento da depressão (PELÁEZ, 1968). A conclusão, portanto, divide-se em duas considerações: (i) o comércio exterior teve grande determinação sobre as contas públicas, e consequentemente sobre a política fiscal; e (ii), dada a direção causal entre comércio exterior e contas públicas, o impacto da política de defesa do café sobre a recuperação econômica é anulado.

Juntamente ao déficit orçamentário do governo, o país experimentou uma forte crise cambial, que gerou uma acentuada queda de divisas internacionais em decorrência da fuga de capitais do país e da crescente deterioração dos termos de troca, que por fim, ocasionou uma forte desvalorização cambial. O resultado disso foi que em 1931 o governo torna-se incapaz de pagar a dívida contraída com credores externos pela escassez de divisas, que o levou a adotar medidas de forte controle cambial através da concessão do monopólio de transações cambiais ao Banco do Brasil. O rigoroso controle do câmbio, juntamente com a depreciação do mil-réis, tornou em 1931 e 1932 a balança comercial superavitária, isso em grande parte dada sensibilidade das importações às exportações, pois a cada queda da segunda, a primeira responde com uma queda mais rápida. Como salienta Peláez (1968):

“É a Balança Comercial que importa considerar, no que diz com os efeitos diretos do multiplicador da renda nacional; enquanto num primeiro estágio, as exportações criam renda, as importações destroem-nas. Destarte, uma grande redução das importações autônomas pode contrabalançar o impacto que a queda das exportações tem sobre a renda”. (PELÁEZ, 1968 – p. 34).

Portanto, para essa perspectiva teórica, a intensificação do desenvolvimento industrial na década de 1930 seria fruto da melhora do comércio exterior tanto por meio de seus efeitos diretos – no balanço de pagamentos – como indiretos – efeitos nas contas públicas.

A segunda grande questão no embate entre as duas teorias diz respeito à origem do capital industrial. Segundo a Teoria dos Choques Adversos, a política de defesa do café teria sido responsável pelo aumento da demanda agregada em vários setores. Em um segundo momento, a restrição às importações, decorrente do contexto da Grande Depressão, e o paralelo declínio do comércio externo do café, teriam alterado a relação de preços da economia em favor dos artigos industriais. Desta forma, a indústria manufatureira cuja rentabilidade relativa se eleva atrai o capital do setor cafeeiro declinante, causando a transferência de recursos reais do setor agrícola para o urbano, o que explicaria a expansão da indústria no período.

Em contraponto a isso, a Teoria da Industrialização Induzida Pelas Exportações realiza uma crítica ainda mais contundente à Teoria dos Choques Adversos. Primeiramente, para eles

ao se examinar as principais indústrias manufatureiras do período, pôde se observar objeções à hipótese de transferência.

A indústria têxtil, por exemplo, cuja participação no produto total caiu sensivelmente a partir de 1923, tem suas fábricas com corte de produção mantendo um nível de utilização mínimo (algumas chegando a utilizar apenas 10% da sua capacidade) até propriamente a suspensão de sua produção (PELÁEZ, 1968). Consequentemente, as importações de máquinas têxteis caem 85%, e em 1931, dada a situação de escassez de divisas, o governo veta a importação de máquinas em indústrias com superprodução, o que beneficia a indústria têxtil já estabelecida. Dessa forma, Peláez (1968) argumenta que a transferência de recursos não poderia ocorrer de forma direta – por meio da expansão da aquisição de máquinas e equipamentos – e que na forma indireta - através do aumento de preços - teria ocorrido uma transferência de renda entre produtores e consumidores e não entre capital rural e urbano. Da mesma forma, indústrias básicas como a de aço e cimento, têm seu capital original ligado a estrangeiros e residentes, mas sem relação com os fazendeiros do café.

Para Peláez (1968), o destino mais provável ao capital desinvestido do café teria sido a produção algodoeira, uma vez que os preços altos do artigo, dadas todas as restrições de importação de máquinas industriais, indicava um caminho muito mais factível de transferência de recursos, principalmente por representar uma fronteira de produção muito mais próxima do cultivo do café, do que teria sido a indústria manufatureira em si. Os dados empíricos parecem caminhar na mesma direção, segundo as palavras de Peláez:

“[...] A percentagem do Brasil na área cultivada mundial passou de 2% em 1929 para 8,7 em 1940. No período de 1925-1929, a participação do café na exportação do Brasil era de 71,7% enquanto que a do algodão em rama era de 2,1%. No entanto, no período de 1935-1939 esse produto contribuiu com 18,6% das exportações brasileiras, ao passo que o café teve sua participação reduzida para 41,1%. A área cultivada de algodão em São Paulo em 1933 era 117.320 hectares enquanto a do café era de 2.304.700; em 1939 a área cultivada algodoeira era de 1.313.768 hectares e a do café 1.890.000. Esse aumento, em grande escala, dentro das fronteiras de um mesmo estado não poderia ser financiado a não ser pela transferência de recurso das vizinhas plantações de café (...).” (PELÁEZ, 1968 – p.47)

Outro aspecto importante da crítica à hipótese de transferência diz respeito à origem da classe burguesa industrial. Segundo Dean (1971), a classe industrial era basicamente formada por importadores e imigrantes comerciantes. Primeiramente, a atividade de importação necessitava de diversas operações a serem realizadas fisicamente pelo importador, antes da comercialização propriamente, tipo de industrialização voltada ao comércio exterior muito comum em diversas trajetórias de desenvolvimento. Em segundo lugar, o importador reunia

várias características favoráveis ao desenvolvimento da empresa manufatureira, como acesso ao crédito, canais de distribuição e conhecimentos do mercado. Além disso, as atividades de importação e manufatura não foram contrapostas, uma vez que o industrial estabelecido continuava importando, muitas vezes, matérias-primas bem como máquinas e equipamentos. Por fim, os imigrantes envolvidos na atividade industrial, trouxeram de seus países conhecimentos técnicos, e muitas vezes, experiência comercial assim como confiança conterrânea na custódia de patentes de indústrias já estabelecidas em seus países de origem, para replicação nacional.

Os fazendeiros paulistas drenavam seu capital para atividades relacionadas ao café direta ou indiretamente sendo este empregado em infraestrutura: ferrovias, estradas, obras públicas de maneira geral. Posteriormente, os industriais já estabelecidos seguiam o movimento de adentrar mais agressivamente ao mercado, promovendo diversificação de suas atividades e crescimento de seus negócios. Portanto, por mais essa abordagem, ficaria contestada a visão da teoria anterior relacionada à transição do capital agrícola para o industrial.

Em suma, a teoria da industrialização induzida pelas exportações reitera, pelos argumentos apresentados, que a exportação promovia a industrialização porque proporcionava o pré-requisito fundamental para o sistema industrial, tais como: a monetização do mercado. A economia cafeeira por meio de sua mão-de-obra imigrante assalariada promoveu a formação de um mercado consumidor para a indústria, além de custear despesas econômicas e sociais – obras públicas, de infraestrutura, e etc. – que seriam fundamentais para o aproveitamento da manufatura nacional, posteriormente (DEAN, 1971).

### **I.3 Os limites das Teorias dos Choques Adversos e Industrialização induzida por exportações**

As duas teorias analisadas à luz de seus elementos e mecanismos, que buscam explicar o processo de industrialização do Brasil, apresentam elementos importantes para o exame da origem da indústria brasileira, no entanto, elas apresentam claras limitações quando se considera a análise mais abrangente dos determinantes do capitalismo brasileiro a partir de seu processo industrial

Em todos os países que vivenciaram um processo de industrialização, existiam condições prévias para seu desenvolvimento, como divisão do trabalho, economia mercantil

relativamente desenvolvida e um Estado atuante minimamente na proteção de sua indústria nascente.

Cabe observar as especificidades dessas condições prévias para a industrialização brasileira. A mão de obra assalariada, introduzida pela economia cafeeira, que serviria como condição prévia para monetização da economia e ampliação das relações mercantis, lidou com um mercado de trabalho com elementos quase-feudais, uma vez que o cafeicultor impôs um domínio econômico predatório ao imigrante. Este ficou amarrado ao fazendeiro pela dívida contraída com a viagem e regularização de imigração, ao passo que o fazendeiro cafeicultor detinha o monopólio da oferta de itens de consumo não alimentícios em suas vendas rurais às famílias trabalhadoras. Em troca, este fazendeiro oferecia o uso da terra ao imigrante para produção de sua subsistência, mas nunca a posse da mesma. Essa relação de dependência, ainda que relativamente flexibilizada com o tempo, impôs limites ao potencial mercado consumidor advindo da introdução da mão de obra assalariada. Além disso, o mercado consumidor criado pelo café pela imigração europeia, que ainda assim apresenta várias restrições, marginalizou intensamente a população negra ex-escrava nesse processo transportando-a ao ostracismo na dinâmica capitalista.

A análise do processo de industrialização nos reporta a outro fator particular no caso brasileiro, o grau relativamente avançado de uma economia mercantil como condição prévia à industrialização, ao que parece, ocorreu paralelamente ao próprio processo de desenvolvimento da indústria e não anteriormente a ela. Ou seja, o consumo de manufaturas era condicionado à capacidade de importação do país, ao mesmo tempo, internamente não houve uma classe burguesa intermediária, que desenvolvesse manufaturas pré-industriais e fomentasse um maior grau de trocas internas.

Generalizando, as manufaturas consumidas pela população média dos centros urbanos – pertencentes ao pequeno comércio, militares, funcionários públicos e até mesmo imigrantes que trabalhavam nas grandes fazendas de café – passaram, grosso modo, do consumo de itens importados, em seguida para os parcialmente importados e finalizados operacionalmente pelos importadores, e posteriormente, para os industrializados produzidos nacionalmente.

Seja pela perspectiva da limitação das relações mercantis, seja pelas características da produção agrícola – abundância de terras, escassez de capital –, o grau de divisão do trabalho necessário ao processo de industrialização era bastante baixo.



Esses pontos explicativos para o fenômeno da industrialização brasileira são deixados de lado, ou colocados num segundo plano pelas duas teorias supracitadas. Isso evidencia as limitações dessas análises.

Essas discussões do processo de formação do capitalismo brasileiro a partir da análise de elementos históricos e sociológicos, além do econômico por si só, tomam contorno a partir do próximo capítulo por meio da abordagem da Escola de Campinas.

## CAPÍTULO II

### A INTERPRETAÇÃO DA ESCOLA DE CAMPINAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA (O CAPITALISMO TARDIO): AVANÇOS E LIMITAÇÕES

O processo de industrialização dos países periféricos, dada suas especificidades, se confundem com a configuração do seu capitalismo. Isso porque, não apenas os choques exógenos, mas também as particularidades históricas de cada país são elementos constitutivos importantes do seu processo de formação capitalista, dadas as características de suas industrialização, sem que isso ocorra de forma igual ao desenvolvimento dos países centrais, como advogado pelos teóricos do “etapistas” como Rostow .

As teóricas clássicas da industrialização brasileira (Teorias dos Choques Adversos e Induzida pelas Exportações), como visto no primeiro capítulo deste trabalho, toma cada qual ao seu modo, e com causalidades distintas, claramente uma relação unívoca entre café e indústria. Ao adotarem esse caminho, essas teorias deixam escapar grande parte das contradições que são próprias da relação mais complexa entre café e indústria, na formação do capitalismo brasileiro, cenário que foi melhor retratado pela Escola de Campinas – a origem desse debate campineiro é o livro *O Capitalismo Tardio* de João Manuel Cardoso de Mello.

Diante disso, esse capítulo busca discutir os elementos constitutivos dessa relação complexa (café e indústria) para o processo de industrialização brasileira, destacando suas pré-condições, e principalmente, suas contradições. Neste sentido, a discussão desse capítulo apoia-se nas principais interpretações da chamada Escola de Campinas.

Dentre os vários elementos constitutivos da explicação da Escola de Campinas para a industrialização brasileira, destacam-se aqui, os que são fundamentais para os objetivos de pesquisa deste trabalho, a saber: **o processo de industrialização brasileiro ocorreu na franja da economia cafeeira, sem necessidade de ruptura entre grupos de interesse essencialmente distintos, mas ocasionalmente congruentes.** Nesse sentido, o café criou as pré-condições sociais e econômicas para a gestação da industrialização, sobretudo introduzindo a mão de obra assalariada, que, por sua vez, foi o vetor para o aumento da complexidade das

relações econômicas e sociais brasileiras. A dinâmica do padrão de acumulação da economia cafeeira, marcada pelas condições internas e determinantes externos do modelo agrário exportador, criaram as condições para o nascimento de uma “industrialização importada” nas palavras de Cardoso de Mello, uma vez que, além da mão de obra imigrante que teve papel relevante na formação da força de trabalho assalariada, a expansão da indústria era fortemente dependente da importação de máquinas e equipamentos –tecnologia disponibilizada pelos países centrais.

Para tanto, este capítulo está dividido em três seções. Na primeira (seção II.1) discute-se o papel desempenhado pela constituição da mão de obra assalariada, após o fim da escravidão, e seus efeitos para a generalização das relações mercantis. Na segunda (seção II.2), são discutidas as principais contradições que demarcam as transições históricas e econômicas brasileiras, a saber: colonialismo x capitalismo; e café x indústria. E, por fim, na terceira (seção II.3), chega-se à problemática do capitalismo brasileiro constituído no: capitalismo tardio; em que as contradições nas transições históricas e a influência do papel do país na divisão internacional do trabalho constituem um capitalismo tardio, no qual há deficiência no desenvolvimento das forças capitalistas.

## **II.1 A mão de obra assalariada e a generalização das relações mercantis**

Dentre as pré-condições para o nascimento do capitalismo no Brasil, a passagem da mão de obra escrava para assalariada é um ponto-chave para a compreensão da formação do capitalismo brasileiro retardatário, uma vez que ela representou a transformação da força de trabalho em mercadoria (agora remunerada por salários) constituindo o mercado de trabalho brasileiro e, conseqüentemente, fomentando um mercado interno. Esses elementos provocaram a generalização das relações mercantis no Brasil.

O desenvolvimento capitalista dos países centrais a partir da Revolução Industrial representou a transição do domínio do capital mercantil para o industrial. Isso implicou a reconfiguração da divisão internacional da produção e do trabalho, sob o domínio dos países centrais e de seu capital industrial (dados os estágios de desenvolvimento de suas estruturas produtivas e acumulação capitalista), que impôs “a formação de uma periferia produtora, em massa, de produtos primários de exportação, organizando-se a produção em bases capitalistas, quer dizer, mediante trabalho assalariado” (MELLO, 1991, p. 46). Com isso, os países latino-

americanos da periferia vão se inserir nesse processo como economias primário-exportadoras, mas em condições diferentes do período colonial. A diferença é que os países centrais passam a requerer matérias-primas e alimentos exportados com menores preços, uma vez que esses bens passaram a compor a cesta de consumo dos trabalhadores industriais e, conseqüentemente, passam a afetar o custo de produção (salários reais dos trabalhadores industriais) das indústrias. Ou seja, a introdução do trabalho assalariado nas periferias reduziu os custos de produção das matérias primas e alimentos (em relação à produção escravocrata) exportados para o centro, permitindo assim, a redução dos preços dos bens salários e, conseqüentemente, redução dos custos de reprodução da força de trabalho, ampliando a capacidade de acumulação do capital industrial do centro capitalista. Nas palavras de Mello (1991, p. 45):

“Há contradição entre capitalismo industrial e produção colonial não porque a produção da periferia, em constituição, deva deixar de ser mercantil e complementar. Ao contrário, o que se requer é produção de produtos primários de exportação. Porém, não se trata mais de produção colonial, pois o “sentido” da produção mercantil complementar é bem outro. Não mais produtos agrícolas coloniais e metais preciosos, e sim, alimentos e matérias-primas produzidos em massa, porque só produção em massa pode significar preços baixos. Não mais produção mercantil para fomentar a acumulação primitiva, senão produção mercantil complementar para baixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear o custo dos elementos componentes do capital constante”.

Desse modo, com a dominação do capital industrial no mercado mundial e a posição ocupada pela periferia na nova divisão internacional da produção e do trabalho, não há uma incompatibilidade lógica/econômica da produção baseada no trabalho servil ou escravo na periferia, em especial no Brasil. Isso porque em determinado momento da economia cafeeira, anteriormente à abolição, a produção baseada na mão de obra escrava passou paulatinamente a não compensar sob o aspecto de seu custo, considerando a crescente dificuldade de repor o escravo num contexto (de proibição do tráfico de escravos pelos ingleses) em que a intensa taxa da exploração do seu trabalho era necessária para garantia de uma taxa de lucro satisfatória ao empresário cafeeiro (CARDOSO, 1960).

A tendência de alta no custo da manutenção do trabalho escravo, portanto, pressionaria uma hora ou outra o preço do café num mercado em que a generalização do consumo deste bem se fazia necessária para garantir o processo de acumulação. Dada a produção em massa e progressiva necessidade de baixar custos, seria necessária a exploração cada vez mais interiorana de terras agricultáveis. Considerando a lógica de produção colonial escravocrata, a logística necessária – com os recursos existentes nesse tipo de lógica produtiva – para a

exploração dessas terras, representaria um segundo ponto à tendência de pressão nos custos, gerando, conseqüentemente, queda da taxa de lucro que dificilmente seria acomodada pelos preços finais nos mercados consumidores centrais<sup>5</sup>. (MELLO, 1991).

Nessa perspectiva, o rompimento com o trabalho escravo e a transição para o trabalho assalariado se colocava como condição necessária para a transição capitalista da organização da produção, inicialmente com a produção de café e posteriormente com a produção de bens industriais. No entanto, a abolição progressiva do trabalho escravo a partir do final do século XIX não implicou, segundo Silva (1981), a transição imediata ao trabalho assalariado da população livre camponesa tampouco da população negra recém liberta. Nas palavras de Silva (1981, p.46 ):

“Os antigos escravos, cuja exploração implicava um recurso sistemático e direto à violência, estão entre os trabalhadores menos adaptados ideologicamente às forças superiores de dominação do capital. Nos países como o Brasil, dadas as possibilidades mais ou menos grandes de viver em auto-subsistência ou integrar-se a formas pré-capitalistas de produção predominantes no campo, os antigos escravos “escapavam” mais ou menos facilmente ao trabalho assalariado (...). As dificuldades da passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, em particular a resistência do ex-escravo à disciplina capitalista do trabalho, está certamente ligada à manutenção de tais preconceitos”.

Naquele contexto, o trabalho escravo deu lugar ao trabalho assalariado sem uma incorporação plena dos camponeses livres e ex-escravos. Isso somente foi possível por meio da imigração massiva de mão de obra, no último quartel do século XIX que foi primordialmente financiada pelo Estado.

Nesse sentido, o café cumpriu o papel de motor do desenvolvimento capitalista brasileiro, sobretudo, por ter sido responsável pela introdução da mão de obra assalariada. Com a produção em grande escala do café e seu processo de interiorização (oeste paulista) fez-se necessário: i) ampliar as estruturas logísticas por meio da construção de estradas de ferro que permitiram a interiorização da produção e seu escoamento aos portos; ii) aumentar a mecanização da produção através do beneficiamento de grãos; iii) ampliar o suporte financeiro e comercial para produção, escoamento e exportação do café que passou pela ampliação de bancos e das redes de casas de exportação, sobretudo as estrangeiras. Isso implicou um sistema de urbanização e maior demanda por mão de obra assalariada tanto na atividade direta do café

---

<sup>5</sup> Mello (1991; p. 65-66) fala do preço do café com um limite superior de preços para os mercados internacionais em virtude de três fatores: Concorrência de outros substitutos quase perfeitos (a exemplo do chá); concorrência com outros países produtores; ou seria simplesmente excluído da cesta de consumo, dado seu caráter relativamente supérfluo à época – “item de sobremesa”.

como em suas atividades de apoio (bancos, casas comerciais, transporte, etc.). Com a expansão da produção associada aos ganhos de produtividade decorrentes das estradas de ferro e da mecanização do beneficiamento, ocorreu uma acumulação tal que implicou uma maior demanda por trabalho, seguindo numa espiral ascendente (MELLO, 1991).

A mão de obra assalariada, “importada” por meio da imigração, demandou bens salariais para sua reprodução, no entanto, o sentido da acumulação capitalista na lógica cafeeira pressupõe que a taxa de salários não se sobreponha à taxa de lucro do capital. As condições de provisão de alimentos e manufaturas nas circunstâncias da imigração, não haviam sido previamente criadas de forma suficiente para atender o contingente de trabalhadores. Ainda que a terra concedida pelo empresário cafeeiro ao imigrante para a produção de sua subsistência fosse relevante, a dinâmica criada demandaria cada vez mais a oferta desse tipo de bens a preços relativamente baixos. Neste sentido, a solução foi encontrada através da importação de manufaturas e bens de consumo que complementaríamos as necessidades para reprodução da força de trabalho, que deveria simultaneamente, ser financiada pela capacidade de exportação da própria economia cafeeira. No âmbito do que era produzido para parte da subsistência do trabalhador imigrante, a fazenda de café quebra seu caráter autossuficiente – antes presente na produção baseada no trabalho escravo – à medida que o empresário cafeeiro, sob a lógica assalariada do trabalho, compreende que a aplicação deste na atividade principal, em detrimento da pulverização de atenção excessiva a outros tipos de cultivo para o próprio consumo do imigrante. Assim, garante maior retorno ao capital investido na forma de salários o que reflete, dentre outros fatores, a racionalização capitalista da fazenda cafeeira. A produção suplementar de consumo desses trabalhadores em seu excedente é levada aos núcleos urbanos e transacionada cada vez em maior grau, à medida que a economia cafeeira se expande (CARDOSO, 1960). Esse processo começa, portanto, a gerar excedente de mão de obra disponível para as cidades que juntamente às demais condições discutidas, fomentarão a força de trabalho necessária à industrialização.

Nesse processo é evidente a importância que esses novos centros urbanos passam a ter, e principalmente, como esta nova dinâmica da introdução do trabalho assalariado começa a delinear a intensificação dos fluxos de trocas e maior urbanização, expressões de relativo aumento da divisão social do trabalho. A partir dessa lógica, há a generalização das relações mercantis na economia cafeeira capitalista, a formação de um mercado de trabalho e, portanto, um mercado consumidor de produtos manufaturados, cujo entrelaçamento sugere um novo paradigma de acumulação. A partir dessa elaboração, estão gestadas as condições sociais

prévias que se transmutarão no processo de formação industrial, mas mais que isso, considerando a industrialização como um fim por si mesmo, fica estabelecida a transformação das próprias forças produtivas internas responsáveis pela determinação do novo processo de acumulação, a partir da industrialização sob o aspecto da força de trabalho assalariada.

## **II.2 As contradições do processo de formação capitalista brasileiro**

### **II.2.1 Colonialismo e capitalismo**

O processo de formação capitalista coloca a industrialização como ponta final da transformação das forças produtivas e da lógica pela qual essas forças se relacionam. Esta compreensão pressupõe um cenário prévio a este processo, no qual as peculiaridades históricas de cada país, bem como sua constituição econômica resultante, são determinantes para que tipo de industrialização e que tipo de capitalismo é construído.

No Brasil, o colonialismo e seus principais elementos são muitas vezes apontados como próprios de uma constituição histórica, política e econômica que em muito se coloca como obstáculo ao desenvolvimento capitalista. Os elementos fundamentais dessa constituição histórica são encontrados na ideia de uma produção complementar à da metrópole; no caráter mercantil do capital; em uma produção pautada na mão de obra servil ou escrava; e do monopólio do comércio. As características da produção de produtos primários comercializáveis no mercado internacional – que não gerasse competição com produtos metropolitanos e, ao mesmo tempo, tivesse baixos custos de aquisição pela metrópole – foram fundamentais para iniciar ciclos de acúmulo de excedentes, prontamente transferíveis à burguesia metropolitana. Com isso, o objetivo colonial estava sendo cumprido.

Ocorre, porém, que esses elementos próprios do colonialismo sofreram transformações para adaptarem-se aos novos tempos, nos quais o mundo já experimentava um regime de produção e acumulação capitalistas e o capital comercial ancorava seu domínio sob as forças produtivas. Nas palavras de Mello (1991, p. 41)

“Revela-se, agora, onde reside a especificidade da economia colonial dos Tempos Modernos. Produção mercantil e trabalho servil, sim, como em várias épocas da Idade Média ou na “segunda servidão”; produção mercantil e trabalho escravo, como na Antiguidade. Porém produção mercantil e trabalho escravo ‘reinventados’ para estimular a transição do feudalismo para o capitalismo.

O capital comercial não se limitou na América Latina a explorar os modos de produção pré-existentes à conquista. Ao contrário, desdobrou o âmbito da circulação que lhe é próprio e invadiu a esfera da produção, constituindo a economia colonial. Imprimiu-lhe, desde logo, seu caráter mercantil, assegurando-lhe a realização da

produção no mercado mundial. Para subjugar-la, pois se tratava de colonizar para o capitalismo, ‘reinventou’ o trabalho servil e o trabalho escravo e, no caso da escravidão, assegurou a reprodução das relações sociais, com o tráfico, setor do comércio colonial e mola de acumulação. Em suma, o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial em seu proveito” (MELLO, 1991; p. 41).

Portanto, quando o capital comercial se coloca dominante nas relações de produção, dadas as características pelas quais a produção colonial é constituída – incapacidade de se reproduzir autonomamente, uma vez que o seu excedente é apropriado pela burguesia metropolitana –, estabelece-se uma contradição clara nesse processo. Para Mello (1991, p. 42), “(...) é possível conceber o movimento, isto é, a transição do feudalismo para o capitalismo, abstraindo o papel desempenhado pelas economias coloniais? Não: tanto a acumulação de capital e sua concentração nas mãos da burguesia comercial metropolitana quanto a criação de mercados coloniais foram essenciais (digo essenciais, não únicos ou mais importantes) à constituição do capitalismo” .

A partir desta perspectiva, existe um único sentido no processo de desenvolvimento capitalista, no qual a estrutura colonial participa, e mais que isso, coloca-se como fundamental a esse processo, ainda que, ao mesmo tempo, se imponha como obstáculo. Portanto, os obstáculos e forças motrizes do processo de desenvolvimento capitalista nesses países são efeitos contraditórios de um mesmo contexto de estrutura econômica (SILVA, 1981).

Com a transição do capitalismo industrial a nível mundial, a relação contraditória existente entre economia colonial e capitalismo, que compunha o mesmo processo de desenvolvimento passa a guardar cada vez mais uma relação de oposição. Esta oposição é marcada principalmente pelo sentido de acumulação do capital industrial, que diferentemente do mercantil, necessita de matérias-primas e alimentos a preços baixos, e ainda, de mercados consumidores de suas manufaturas para a realização da produção e exportação de seu capital. O capitalismo industrial, portanto, vai trazendo consigo a liquidação das economias coloniais na América Latina, no entanto, não elimina o trabalho compulsório<sup>6</sup> (MELLO, 1991). Dessa forma, inicia-se a transição para uma economia exportadora capitalista em substituição à colonial.

---

<sup>6</sup> O autor argumenta que o trabalho compulsório não foi liquidado juntamente à economia colonial porque não afetava em nada a comercialização, introdução de artigos ingleses nos mercados antes coloniais, e em segundo plano porque a transição do trabalho para o livre era específica de cada nação. O que importava nesse caso era romper com as estruturas coloniais que representassem obstáculos à penetração de produtos industriais ingleses, estruturas essas a saber: o monopólio do comércio e dominação política metropolitana. (MELLO, 1991; p. 46).



As contradições que formaram a mesma estrutura de desenvolvimento passam a colocar-se em contraposição em um dado momento histórico a um novo paradigma externo de acumulação. Esta oposição que fomenta a substituição da antiga ordem econômica colonial pela capitalista, não implica a sua supressão completa. Os elementos contraditórios constituintes da lógica colonial permanecem nas relações sociais das forças produtivas, tal qual uma colcha de retalhos que iniciará e desdobrará uma série de peculiaridades próprias do nosso processo de formação capitalista.

## **II.2.2 Café e Indústria**

O nascimento da indústria no Brasil não significa meramente um resultado de condições prévias geradas pela economia cafeeira, como sua infraestrutura ou demanda gerada pelo trabalho assalariado. O surgimento da indústria em si significa um processo de desenvolvimento do capitalismo no país. (SILVA, 1981). O café e indústria representam faces do mesmo processo de desenvolvimento capitalista, e simultaneamente, apresentam relativa sinergia e aspectos contraditórios e opostos entre si. Essa interpretação da Escola de Campinas caracteriza-se por rechaçar a relação unívoca entre café e indústria e, com isso, o antagonismo limitante das interpretações apresentadas anteriormente. Silva (1981, p. 103) deixa muito claro o tipo de relação entre café e indústria adotada pela Escola de Campinas em sua interpretação do processo de industrialização brasileiro:

“(...) Na verdade, ao examinarmos os diferentes aspectos da questão concluímos que as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, do outro, implicam ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital” (SILVA, 1981; p.103).

Ainda que a relação unívoca entre café e indústria não sejam demarcadas nesta interpretação, há de se destacar a subordinação em que a indústria nascente está submetida em relação ao capital cafeeiro, predominantemente mercantil e que influencia fortemente nas contradições entre os dois polos econômicos. Essa subordinação se dá pela estrutura econômica a qual estão unidas, a saber: o fraco desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo brasileiro, que impossibilita a criação de uma lógica de acumulação endógena, e por consequência, a dominação do capital mercantil, por sua vez sujeito às flutuações externas e à

lógica periférica na divisão internacional do trabalho. No entanto, ainda que esta elaboração tenha validade, esta subordinação não implica que determinados movimentos da economia cafeeira tenham apenas impactos negativos sobre a indústria, tampouco que o primeiro determine prontamente efeitos positivos na segunda (SILVA, 1981). Os grandes pontos de contradição entre café e indústria se encontram definidos nas políticas econômicas adotadas – alfandegária e cambial – e da mútua dependência entre o setor cafeeiro e o industrial.

A estrutura produtiva do café conta com casas de comércio, logística para o escoamento e armazenagem da produção, mão de obra assalariada e estrutura financeira proveniente dos bancos para suporte às suas safras e entressafras. Esta estrutura incorre em custos de produção que, por sua vez, representam renda aos respectivos setores. Pelo lado do gasto corrente, o setor cafeeiro demanda por alimentos, bens de consumo assalariado para a reprodução de sua força de trabalho, e bens de consumo capitalista. Uma vez constituída a agricultura mercantil para produção de alimentos e parte do setor industrial estes supriam grande parte dos bens de consumo assalariados, sendo responsáveis pela reprodução da força de trabalho do próprio setor cafeeiro. A demanda por bens de produção e consumo capitalista, no entanto, advinham de importações e estas eram possíveis à medida que o próprio setor exportador de café tinha capacidade de gerar divisas (MELLO, 1991). Por outro lado, o movimento do excedente de mão de obra rural às cidades provocadas pela crise do café no início do século, ofereceu à indústria uma força de trabalho relativamente barata e qualificada, que foi importante para a expansão e consolidação do mercado de trabalho (SILVA, 1981). À medida que a complexidade social e econômica no Brasil começa a se acentuar, e com ela o próprio capitalismo, vai se estabelecendo uma mútua dependência entre o café e a indústria:

“De um lado, a reprodução ampliada do capital cafeeiro passa apenas parcialmente pelo setor industrial, que permite, produzindo bens de consumo, reproduzir a força de trabalho empregada no complexo exportador, bem como abre oportunidades de inversão para parte dos lucros extraordinários auferidos pela economia cafeeira. O grosso da acumulação do complexo exportador cafeeiro, no entanto, se efetua mediante condições de financiamento e inversão real que dependem do problema da realização, que se efetiva no mercado internacional.

De outro lado, o capital industrial depende, duplamente do capital cafeeiro para sua expansão. Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está preso à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira, que faz as vezes, assim, de um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro, ainda que seja através do gasto público ou da urbanização. Decisiva, no entanto, é a dependência pelo lado da acumulação, que exprime a ausência de forças produtivas capitalistas e a subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil” (MELLO, 1991; p.105 -106).

Essa estrutura de mútua dependência torna-se imprescindível para a compreensão das contradições implícitas aos dois polos de acumulação de capital, principalmente na materialização dessas contradições expressa na política de valorização do café e a própria política fiscal adotada pelo governo.

Considerando todas as características discutidas sobre a estrutura produtiva exportadora cafeeira, observa-se que havia uma tendência ao declínio do preço internacional do café pelas constantes expansões de oferta do produto e a sujeição às frequentes oscilações. Com isso, há clara tendência ao desequilíbrio externo como traço que caracterizou a economia brasileira até a década de 1930. Somada a essa dinâmica, a dívida externa brasileira foi variável fundamental na equação que a economia nacional tentava equilibrar. A medida típica de enfrentamento aos constantes desajustes externos – motivados pela baixa no preço do café – encontrava-se nas sequenciais desvalorizações cambiais, como tentativa de defender a renda do setor exportador, e, por fim, a própria renda nacional. No entanto, as desvalorizações cambiais como medida de defesa tinham como efeito o agravamento da própria dívida externa do governo brasileiro, diretamente pelo seu encarecimento em moeda estrangeira e pela própria escassez de divisas, e indiretamente pela perda de receitas tributárias, uma vez impostas restrições à capacidade de importar. Essa dinâmica fora se repetindo a cada ciclo de baixa do preço internacional do café, e agravando o déficit orçamentário do governo até que este recorre ao *funding-loan*<sup>7</sup> para defender seu próprio financiamento ante a impossibilidade de suspender o apoio político ao setor cafeeiro. A aderência ao *funding-loan*, por sua vez, pressupunha adotar políticas de austeridade financeira para reequilíbrio orçamentário, o que em outros termos significou o aumento de tributação sobre as importações, uma vez que não se podia inibir o próprio processo de acumulação taxando as exportações. Por outro lado, também havia restrições à taxação de produtos nacionais, uma vez que se assim fosse, ficariam sujeitos à concorrência externa de similares importados. Nas palavras de Silva (1981, p. 106):

“A política fiscal adotada a partir do *funding-loan* torna-se, ao lado da política de valorização do café, um dos instrumentos fundamentais da política econômica brasileira. Essa política fiscal torna-se o eixo da relação ao qual a burguesia industrial

---

<sup>7</sup> *Funding-loan* plano financeiro acordado em 1898 com a Casa Rothschild, quando há moratória da dívida externa brasileira. “Consistiu na rolagem de compromissos externos do governo. Este saldaria em três anos seus compromissos relativos a juros dos empréstimos federais anteriores ao *funding* com títulos de um novo empréstimo - o *funding loan* – cuja emissão poderia elevar-se até 10 milhões de libras e as amortizações dos empréstimos incluídos na operação seriam suspensas por 13 anos” (FRANCO et al. 1989; p. 26-27).

nascente deve definir-se, porque ela implica uma certa distribuição do consumo interno entre produção nacional e importações”.

Os ciclos a que estavam submetidas as duas estruturas produtivas – café e indústria – conjuntamente, segundo Mello (1991), funcionavam em duas etapas, a saber. O primeiro ciclo, de expansão conjunta, ocorria quando o preço internacional do café estava em tendência de alta, por consequência, a taxa de rentabilidade financeira do setor cafeeiro se elevava em relação à taxa de acumulação real, uma vez que “os lucro brutos sobem com os preços e o dispêndio em acumulação reage defasado” (MELLO, 1991, p. 106). A taxa de rentabilidade do café neste momento é superior à da indústria, o que permite que parte desse excedente seja transferida ao setor industrial e considerando adicionalmente a taxa de câmbio valorizada pela entrada de divisas estrangeiras, há expansão da capacidade produtiva da indústria através da importação de máquinas e equipamentos.

Em um segundo momento, “a taxa de acumulação real se acelera, respondendo atrasada aos preços” (MELLO, 1991, p. 107). Com isso, a demanda por capitais se intensifica dada a iminente supersafra. Uma vez que o fluxo de investimento, tanto na expansão de cafezais como na própria expansão industrial, não pode ser revertido, o movimento natural é recorrer ao capital estrangeiro e estatal para o financiamento do setor cafeeiro. Com a entrada de novo capital, há suprimento suficiente à economia cafeeira, mas, ao mesmo tempo, a capacidade para importar se eleva o que significa, por consequência, que há um declínio do grau de proteção industrial pelo surgimento de concorrência externa. Nesse contexto, ocorre um movimento de relativa fagocitose industrial no sentido de que por sobrevivência, as maiores indústrias prevalecem sobre as menores ou incapazes de maior fôlego financeiro, exatamente pela acentuação da concorrência intersetorial. A capacidade produtiva das empresas aumenta, bem como suas estruturas de custo tendem muitas vezes a declinar pelo crescimento da escala produtiva, muito embora isso não signifique um aumento global na taxa de acumulação deste setor.

Com a oferta expandida do café no mercado, e a incapacidade de absorção desse excedente produtivo pela demanda internacional, ocorre a queda do preço do café, derrubando sua taxa de rentabilidade em relação ao setor industrial. A perda de renda do setor exportador, dada sua irradiação a todo o conjunto da economia, instaura uma crise generalizada cujo efeito associado pela política de defesa segue como novas desvalorizações cambiais que restringem a capacidade de importar. Quando isso ocorre, a capacidade produtiva da indústria expandida no ciclo anterior, e antes ociosa, gera possibilidade de aumento da produção e suprimento interno

de parte dos bens antes importados, o que em grande medida significa que a taxa de rentabilidade da indústria consegue se recuperar de maneira gradativa.

Ora, no balanço de interesses, os industriais defendem suas posições ao reivindicarem que haja tarifação alfandegária para produtos que possuem similares nacionais, enquanto que tanto os itens que não obedecem a essa regra como os bens de capital e equipamentos necessários à expansão do capital industrial tenham suas aquisições facilitadas pelo governo. Dessa forma, há a condução de uma política econômica que, para defender a renda nacional, em certa medida, vai de encontro aos interesses da indústria, mas por outro lado, os efeitos industrializantes de tais políticas são limitados pelos interesses dos cafeicultores, bem como do capital estrangeiro (SILVA, 1981).

A contradição, portanto, reside nessa mesma lógica ao passo que a economia cafeeira conduz a um acelerado movimento de acumulação de capital, exatamente ao se colocar sob a lógica da divisão internacional do trabalho e na especialização primário exportadora. Essa mesma estrutura limita a evolução das forças produtivas internas, à medida que a manutenção de seu *modus operandi* na escala internacional hierarquiza outras estruturas produtivas. Nas palavras de Silva (1981, p.109):

“É essa contradição que se manifesta no chamado desequilíbrio externo. Através do desequilíbrio externo, a reprodução do capital impõe transformações necessárias à acumulação: o nascimento da indústria e a consequente elevação da produtividade tão importante para a expansão do excedente e o prosseguimento da acumulação. Assim, através da constante solução e recolocação do desequilíbrio externo, o capitalismo brasileiro segue o seu caminho, escondendo no palheiro das atribuições financeiras a contradição que explica o seu próprio desenvolvimento” (SILVA, 1981; p. 109).

Em suma, fica claro como as estruturas construídas a partir da coexistência entre café e indústria e das próprias sinergias existentes, tão necessárias ao próprio modo de reprodução de ambas, significam em um segundo plano, a constituição das próprias contradições que determinam o desenvolvimento capitalista brasileiro, sobretudo quando se considera a interação com os países dominantes e a posição subordinada do Brasil que caracteriza este processo.

### **II.3 A Problemática do desenvolvimento capitalista no Brasil: o capitalismo tardio**

A contradição existente na inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de produtos primários era a de que, por um lado, promoveu-se um período de

passagem ao capitalismo pelo desenvolvimento de novas relações de produção no seio da economia brasileira e rápida acumulação econômica. Por outro lado, sua própria posição como subordinado na escala produtiva mundial, e exportador de produtos primários, necessários à reprodução do capital industrial dos países centrais, limita seu próprio desenvolvimento capitalista (MELLO, 1991).

Essa posição de subordinação é produto da preponderância do capital comercial ante ao capital produtivo, que determina diretamente o processo de acumulação, e este, realiza-se ao nível de comércio, dominando a produção e ditando suas formas ao seu interesse próprio. Para Silva (1981, p.108)

“[...] a acumulação do capital possui esse inconveniente de depender, em última análise, das transformações operadas pelo próprio capital ao nível de produção. A constante revolução ao modo de produção é uma característica essencial do capitalismo, na medida em que dela depende a expansão do excedente econômico. Ora, a divisão internacional do trabalho ao mesmo tempo que permite uma rápida acumulação de capitais baseada na expansão cafeeira, limita os efeitos dessa acumulação sobre o modo de produção. Num primeiro momento, a divisão internacional do trabalho determina que o Brasil deve especializar-se na produção de café e outros bens primários. Aparentemente, essa divisão do trabalho é perfeitamente adequada à reprodução do capital ao nível da economia mundial e ao nível da economia nacional.”.

Como um próprio substrato da influência do capital mercantil ante ao industrial no processo de acumulação, a posição subordinada do Brasil, assim como de outros países da América Latina, na divisão internacional do trabalho se dá fundamentalmente pelo fraco desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Segundo Mello (1991, p. 97), a constituição das forças produtivas capitalistas significa “um processo de criação de bases materiais capitalistas”, ou seja, na criação de setores produtores de bens de capital que permitam a “autodeterminação do capital, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade de estrutura técnica do capital”. O desenvolvimento fraco das forças produtivas capitalistas coloca-se como um fato a despeito de elementos como: o desenvolvimento do trabalho assalariado, a mecanização das plantações de café e, de uma forma geral, a generalização das relações mercantis, imprescindíveis para a formação capitalista. Isso porque mesmo esses fatores tendo sido de fundamental valia ao processo, o capital mercantil os domina e determina o processo de acumulação, limitando o próprio desenvolvimento das forças produtivas.

A partir desta elaboração é concebido o conceito de Capitalismo Tardio, ao qual Mello (1991) discorre. A industrialização capitalista na América Latina é específica: trata-se de uma

industrialização retardatária. Essa especificidade advém de duas determinações: as condições internas que constituem as economias exportadoras e a condição externa, determinada pelo momento em que o capitalismo monopolista é dominante em escala global, uma vez que o mesmo já está constituído nos países centrais em detrimento de seu recém nascimento nas economias periféricas.

Nesse sentido, as limitações decorrentes do fraco desenvolvimento das forças produtivas esbarravam na constituição do setor de bens de produção e estava intimamente ligada à determinação da especificidade do capitalismo tardio no seu sentido externo, ou seja, no monopólio da tecnologia de setores produtivos pelos países centrais.

Parcialmente, a tecnologia imbuída na concepção de bens de capital, imprescindível à produção industrial, foi solucionada através da importação de máquinas e equipamentos (CARDOSO, 1960). Isso porque em escala mundial, a competitividade capitalista na zona industrializada implicou, em um segundo momento, a exportação de capitais às zonas em processo de industrialização. No entanto, havia limites claros deste movimento dependendo do setor ao qual a fronteira tecnológica se fixava:

“(...) Nas áreas que se industrializaram depois da primeira revolução industrial, o problema da tecnologia adequada e, portanto, da maquinaria indispensável foi resolvido através da importação. Tal ocorreu também no Brasil, trazendo novos problemas para a continuação do crescimento industrial, uma vez que este tem significado uma tentativa de ruptura das relações coloniais, e o monopólio da técnica pelos países imperialistas continua a ser um dos mais fortes entraves à industrialização do país, e pois, um instrumento de sujeição. No entanto, as próprias disputas das áreas de prestígio e de áreas de influência que as grandes potências industriais mantêm no mercado internacional facilitam a importação de bens de equipamento e a quebra do monopólio das patentes” (CARDOSO, 1960; p.39-40).

Portanto, a industrialização brasileira teve sua base técnica restringida aos setores de bens de consumo, ao passo que a parte relacionada aos bens de capital tinha sua demanda totalmente direcionada aos países industrializados (SILVA, 1981). A condição de industrialização retardatária, ao passo que enfrentava restrições às transformações produtivas e à forma de acumulação, significou também uma transposição de etapas do processo e rápida acumulação inicial. Silva (1981) destaca que esta contradição determinou o processo de formação industrial e capitalista no Brasil, não significando, de forma simplista, a restrição ao desenvolvimento, mas dialeticamente, representava ao mesmo tempo um fator que obstaculizava novos patamares da evolução capitalista. Mello (1991) conclui que o capitalismo tardio é específico por surgir da economia colonial, e esta, por sua vez, ter como raiz o

capitalismo mercantil. Além disso, admite que o capitalismo tardio é peculiar por nascer solitário de forças produtivas capitalistas e, por fim, chega à elaboração fundamental para o propósito deste trabalho sobre o capitalismo brasileiro (tardio): “(...) sua originalidade reside em que a grande indústria pode surgir e se consolidar sem que surja concomitantemente um departamento de bens de produção [...]” (MELLO, 1991; p.177). Portanto, a industrialização brasileira surge na franja da economia cafeeira, sem necessidade de ruptura com o paradigma produtivo anterior – uma vez que até certo momento fazem parte do mesmo processo – e isso é possível graças ao fator externo, ao momento em que o capitalismo se constitui, ou seja, à possibilidade de importação de bens de capital.



### CAPÍTULO III

## A FORMAÇÃO BRASILEIRA COMO LIMITE À INDUSTRIALIZAÇÃO: PACTO AGRÁRIO, CARÁTER E ANTIRREFORMISMO DOS SETORES DOMINANTES

A interpretação da Escola de Campinas sobre a industrialização brasileira trouxe dois aspectos importantes. O primeiro foi incorporar na análise os elementos históricos e sociais de nossa formação econômica, articulando ao mesmo tempo a elaboração sobre a formação do capitalismo brasileiro e o processo de industrialização por meio das seguintes transições: do colonialismo para o capitalismo; e do café para a indústria. E o segundo foi considerar a economia cafeeira e a industrialização como partes de um todo, ou seja, estabelecendo as conexões entre essas transições e mostrando suas contradições.

Dado esse caminho da Escola de Campinas, uma de suas principais conclusões foi: **a industrialização ocorreu na franja da economia cafeeira, sem necessidade de rupturas das estruturas**. Esta posição acomodatória entre café e indústria revela mais que uma amálgama econômica, mas uma convergência social, histórica e política de classes que vai ser expressa no pacto agrário brasileiro entre burguesias cafeeira e industrial. Este trabalho parte desse resultado, mas ressalta que tal perspectiva deixa lacunas no que diz respeito à questão da economia política do pacto agrário, bem como da formação das identidades de classes dos setores dominantes brasileiros, fundamentais para compreender as transições que são realizadas para manutenção do seu *status quo*.

Diante disso, o presente capítulo tem como objetivo discutir o pacto agrário como um dos elementos centrais da acomodação e superposição dos interesses pactuados da burguesia industrial à burguesia cafeeira, para manutenção da mesma ordem social (os seus *status quo*) por de mecanismo de legitimidade e, sobretudo, por repressão. Mais do que entender os aspectos institucionais do pacto agrário, busca-se apresentar a coexistência pacífica entre essas classes dominantes e os elementos constitutivos associados às dimensões do caráter e do antirreformismo desses setores dominantes brasileiros, como também das classes médias urbanas que têm na a casa grande a sua célula social.

### **III.1 O Pacto Agrário: uma coexistência pacífica entre a burguesia cafeeira e a burguesia industrial**

A Escola de Campinas ao interpretar o processo de formação capitalista brasileiro, através da industrialização na Primeira República, evidencia a influência do capital mercantil em detrimento do capital produtivo (sob influência das ideias de Caio Prado) ao processo de acumulação, como herança das antigas relações coloniais. A industrialização brasileira determina-se como específica, pelo seu ponto de partida e pelo seu momento. O ponto de partida, retardatário e o momento, em que já havia monopólios capitalistas de países centrais. Assim, a peculiaridade do capitalismo tardio é que ele surge sem o paralelo nascimento das forças produtivas capitalistas, ou seja, sem que o capital se autodetermine e que haja um processo de acumulação, cuja determinação seja endógena na economia brasileira. Nesse sentido, há possibilidade de importação de máquinas e equipamentos do mercado mundial e, conseqüentemente, o surgimento de uma industrialização sem que simultaneamente seja formado um departamento de bens de produção. Isso implicou a configuração de uma industrialização na franja da economia cafeeira, sem que houvesse necessidade de grandes deslocamentos de excedentes entre os setores e da ruptura entre paradigmas produtivos – cafeeiro e industrial.

O pano de fundo social disso foi a possibilidade de coexistência pacífica entre uma burguesia industrial emergente e a burguesia cafeeira hegemônica na orientação política e econômica do país, mesmo nos períodos de declínio da economia cafeeira. A fusão entre essas frações de se deu mesmo havendo contrastes de essências de classes, que revelariam potenciais tensões. Ainda que esta estratégia acomodatória estivesse associada à sobrevivência de ambas no contexto político e econômico de instabilidade, tanto conjuntural quanto estrutural de que faziam parte, é flagrante também, que a industrialização que representava um novo paradigma produtivo, sofreu profundas limitações em seu próprio potencial de desenvolvimento.

As explicações usuais para o arranjo social peculiar que ocorreu no Brasil em um momento decisivo de nosso desenvolvimento, limitam-se na maior parte das vezes ao debate econômico, isto é, aos interesses econômicos de ambas as classes como aspecto forte e suficiente para motivação desta coexistência pacífica. Esta forma de análise se deve principalmente ao foco dado às relações externas como principal determinante do processo de acumulação brasileiro, ou seja, os interesses de ambas as burguesias no que diz respeito às políticas econômicas – cambial e alfandegária – que em determinados momentos convergem,

aparentemente. No entanto, o pacto entre as burguesias cafeeira e industrial, nesse dado momento, é simbólico das relações sociais mais complexas e paradoxais cunhadas pelo nosso passado histórico e representa a essencialidade de determinantes internos para a formação de nosso capitalismo. Cardoso de Mello (1991; p.176) em *Capitalismo Tardio* corrobora: “A periodização (...) que aponta a direção do movimento da economia, está complexamente determinada. Quer dizer, está determinada em primeira instância por ‘fatores’ internos e, em última instância por ‘fatores’ externos”. A Escola de Campinas inicia o debate e destaca-se por abordar o aspecto de dentro, ou seja, de investigar mais a fundo as condições históricas que caracterizam nosso processo de formação e a abordagem das contradições resultantes, como síntese do nosso capitalismo.

A despeito do avanço da Escola de Campinas, ela deixa relativa lacuna interpretativa no que se refere às determinações sociais dos setores dominantes brasileiros. Francisco de Oliveira em *O Ornitorrinco* (2003) aborda a questão afirmando que:

“(...) o ‘subdesenvolvimento’ é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia –, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de uma oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre as classes sociais internas [...]” (OLIVEIRA, 2003; p.33).

A partir de 1930, com o processo de consolidação industrial em curso e paralelamente a estagnação das potencialidades do café no cenário internacional em termos de expansão dos seus mercados, o capitalismo brasileiro inaugura uma nova fase de reestruturação em que há possibilidade de definição dentro de si mesmo. O eixo dinâmico de acumulação tende a centrar-se cada vez mais na indústria como novo paradigma produtivo, ainda que o país permanecesse em posição adversa na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, o setor primário exportador mantivesse sua importância no processo de acumulação (OLIVEIRA, 2003).

O problema que se coloca a partir deste novo cenário possível à indústria, do ponto de vista das forças internas é exatamente a tomada do protagonismo nas relações de poder, ocupadas tradicionalmente e de forma enraizada pela burguesia rural. O pós-guerra e o processo de reconstrução dos países beligerantes, através do mútuo comércio de manufaturas e retomada de suas potências industriais, representou verdadeira ameaça aos vislumbres de um novo paradigma de acumulação dos industriais brasileiros. Pois essa reconstrução internacional, em

certa medida, poderia representar o retorno da antiga divisão internacional do trabalho, anterior aos períodos de crise e Guerra Mundial, recolocando os países exportadores de bens primários em suas posições tradicionais. Neste caso, a expansão do capitalismo brasileiro dependeu de maneira fundamental das possibilidades de mudança, tanto na forma de acumulação, quanto na estrutura de poder e dominação, ou seja, se apoiou essencialmente na controvérsia entre as forças sociais internas, que deu espaço para uma revolução burguesa no país, com características específicas e diferente das revoluções burguesas clássicas dos países desenvolvidos. Aqui a “revolução” manteve o *status quo* dos setores dominantes anteriores agregando novas frações ao condomínio do poder (OLIVEIRA, 2003).

Uma Revolução Burguesa clássica, como se deu na maior parte dos países na Europa, implicou ruptura total da sociedade, no plano econômico e social. A necessidade radical de ruptura ocorreu devido à estrutura de poder hegemônico das classes rurais, já que a evolução técnica da produção acompanhou exatamente a revolução na acumulação, transmutando-se ao plano de poder entre classes. A expansão do capitalismo nos modelos clássicos dependia da capacidade de suas burguesias de desenvolver aparato técnico para reprodução do capital, uma vez que não havia possibilidades de importá-los. Isso requeria o deslocamento de excedentes entre os setores para o avanço do setor de bens de capital. As classes rurais reagiam fortemente a isso, provocando tensões e rupturas institucionais. Francisco de Oliveira (2003) chega à mesma conclusão que os teóricos da Escola de Campinas, nesse ponto, ao afirmar que:

“Ao contrário da Revolução Burguesa ‘clássica’, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais [...]” (OLIVEIRA, 2003; p. 63).

A despeito de Warren Dean (1971) destacar o possível cenário de tensão entre as classes dominantes brasileiras, considerando os antagonismos potenciais entre industriais e cafeicultores:

“[...] Tudo faria a crer que os fazendeiros, com seu medo de uma plutocracia industrial e o seu ressentimento por se verem deslocados por imigrantes de terceira classe, se sentiriam impelidos a relegar aos novos ricos uma posição inferior na ordem social. Por outro lado, poder-se-ia supor também que os imigrantes, sentindo-se vítimas de uma discriminação empregassem, por seu turno, o poder econômico para conquistar posição social, hostilizando, assim, ainda mais, a elite fazendeira e intensificando o conflito econômico.” (DEAN, 1971; p.81).

O próprio Dean (1971) destaca que essas tensões não foram ativadas e prevaleceu o pacto. No aspecto político, como uma das exemplificações dessa acomodação, há o destaque para a representação dos industriais pelo Partido Republicano Paulista, que detinham políticos simpáticos aos seus interesses, no entanto, tal grupo distanciou-se da situação do partido e de outros grupos políticos mais progressistas à época, mantendo aliança exatamente com os proprietários de terra, que de certa forma lhes prestava amplo apoio político (DEAN, 1971).

O projeto industrial passando à posição de protagonismo deveria criar condições para a transformação do processo de acumulação, em detrimento do processo funcional da economia primário-exportadora (OLIVEIRA, 2003). Neste sentido, há de se mudar não somente o processo produtivo em si, mas mais essencialmente, as relações entre as forças produtivas, ou seja, a relação entre capital e trabalho.

A explicação econômica para o pacto agrário, com especial destaque às interações de classes é encontrada em Francisco de Oliveira (2003), que traz como argumentação dois elementos fundamentais que se apoiam mutuamente: o populismo e a legislação trabalhista. O autor elabora que o populismo serviu como forma de instituição de um pacto social, entre a burguesia industrial e as classes trabalhadoras urbanas, que tinha como objetivo a liquidação da hegemonia política das antigas classes rurais, mas com a manutenção desses últimos em seus espaços territoriais regionais. Isso para evitar qualquer retomada dos padrões de acumulação anteriores aos anos 1930. Por outro lado, a legislação trabalhista criou as condições para esta elaboração, ou seja, “serve como cumeeira de um pacto de classes” (WEFFORT, 1966 apud OLIVEIRA, 2003; p. 64), sem que a legislação trabalhista mudasse as estruturas de poder no campo, predominantemente paternalistas, pois a regra somente valia para os trabalhadores urbanos.

Assim, a legislação trabalhista ganha especial atenção, pois ela representou uma das medidas que expressam um novo padrão de acumulação urbano/industrial, balizando as relações entre capital e trabalho não somente da indústria em si, mas também na agricultura, assim como nos serviços associados à reprodução do capital industrial direta e indiretamente. Se, por um lado, as populações antes rurais que migravam às cidades em um novo contexto produtivo, representava grosso modo a formação de um “exército de reserva”, que servia para a manutenção da concorrência por fatores em níveis não obstrutivos ao processo de acumulação; por outro lado, a instituição de um salário mínimo equalizava o preço da força de trabalho especializado e não especializado, fazendo com que, na média, esse preço fosse

reduzido, impedindo a criação de um mercado de trabalho dual precocemente (OLIVEIRA, 2003).

Cabe observar que a criação da legislação trabalhista (CLT), a despeito dos seus efeitos positivos para a acumulação no Brasil e para os setores industriais, sofreu forte resistência da burguesia industrial em seu nascimento (SAES, 1989).

Outro aspecto que é fundamental para a compreensão desse pacto firmado é o novo papel adquirido pela agricultura. Esse novo papel se refere basicamente a ser um vetor do custo de reprodução da força de trabalho urbana, através da oferta de alimentos. Nesse sentido, convém que a agricultura tenha uma estrutura tal que permita a manutenção dos preços do trabalho reduzidos, a fim de manter a acumulação capitalista. Francisco de Oliveira (2003) elabora a explicação desse objetivo por meio da manutenção de culturas de subsistência<sup>8</sup> no campo e de uma agricultura “primitiva”, que no fim, mantinha uma rentabilidade superior à de uma cultura moderna, e seus custos inferiores. Dessa forma esta configuração produtiva no campo, ao mesmo tempo que impediu o crescimento dos custos de produção agrícola em detrimento dos industriais - quando seu resultado implica no custo da reprodução da força de trabalho urbana -, possibilita a “formação de um proletariado rural que serve às culturas comerciais de mercado interno e externo” (OLIVEIRA, 2003; p. 45). A conclusão dessa elaboração é mencionada pelo autor:

“(...) Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do “novo mercado urbano-industrial” exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado, é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho. Ainda mais, é somente a partir de uma força de trabalho urbana operária que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que, do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou, sem nenhuma dúvida, reforço à acumulação” (OLIVEIRA, 2003; p. 45-46).

---

<sup>8</sup> O mecanismo que explica essa condição é descrito pelo autor: “(...) o trabalhador rural ou morador da terra ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de “subsistência”; nesse processo, ele prepara a terra para lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são as dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. Esse mecanismo é o responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (...) que abastecem os grandes mercados urbanos provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação das cidades [...]” (OLIVEIRA, 2003; p. 43).

Portanto, ao passo que a legislação trabalhista propõe novo arranjo das relações entre capital e trabalho no seio da produção urbana-industrial, ela não afetará as relações no campo, preservando seu modo de “acumulação primitiva” que serve à expansão do capitalismo. O modelo descrito acima permitiu que a população rural crescesse, ainda que proporcionalmente à população total, fosse declinante. A manutenção de condições propícias para a reprodução da lógica rural impediu que condições tipicamente capitalistas de produção penetrassem na órbita do campo, reforçando ao invés disso, uma lógica exatamente não capitalista neste *locus*. Dessa forma, coexistem modos de produção distintos entre os setores de agricultura e industrial, que não se colocam nesse exame como antagônicos. De maneira simbólica, o modo de compatibilizar a acumulação global se daria por uma dicotomia entre o novo e o arcaico, em que se introduzia relações novas no arcaico, à medida que essa se traduz na liberação da força de trabalho, que apoia a acumulação urbano-industrial. Da mesma forma, se reproduziria relações arcaicas no novo, já que estas garantem o potencial de acumulação para a expansão do próprio novo, ou seja, do novo paradigma interno de produção urbano-industrial (OLIVEIRA, 2003).

Dean (1971), traz outra perspectiva que corrobora o pacto agrário, sob o ponto de vista social: “Com o seu potencial para a transformação social, o industrialismo era, efetivamente, peado pela aliança regressiva e oportunista com a classe que tinha menores probabilidades de favorecer essa transformação” (DEAN, 1971; p. 81). Uma exemplificação notória que o autor destaca deste alinhamento mútuo de classes foi a quantidade de matrimônios entre os imigrantes ligados à burguesia industrial, por exemplo, e filhos de cafeicultores. Considerando que a propriedade dos empreendimentos cabia à família, as alianças formadas entre as duas burguesias sob formato de matrimônio significava acúmulo de capital (DEAN, 1971). Muito embora a tendência de casamentos entre as duas frações fosse realidade, não havia ausência total de tensões entre elas. A aristocracia rural que gozava de prestígio social, tendia a discriminar a burguesia imigrante em determinados ambientes da alta sociedade, como a proibição de imigrantes até 1918 em lugares como o Jockey e clubes sociais de maior prestígio em São Paulo. Portanto, o enlace entre as duas frações de classe conferia posição social à imigrante, e capital e penetração econômica à outra.

Além disso, a questão racial também ganha dimensão, uma vez que em muitos empreendimentos que continham capital europeu, era preferível o emprego de imigrantes, uma vez que suas condições de alfabetização e habilidades comerciais eram julgadas superiores em detrimento do nativo:

“Para o socialista Ferruccio Mosconi as classes inferiores eram “degeneradas”: voltadas exclusivamente à bebida e a mulheres, recusavam-se a trabalhar, ao passo que as classes superiores eram indolentes, atrasadas e despreparadas, pois ‘aqui todos se dedicam a estudar Direito, a menos que decidam dedicar-se às mulheres’[...]” (DEAN, 1971; p. 87 apud Mosconi, 1897).

De certa forma, as classes dominantes absorviam essas crenças, nas palavras de Dean (1971):

“[...] as classes superiores brasileiras aprenderam a envergonhar-se do aspecto ‘horivelmente híbrido’ da sua população, a identificar seus interesses não com os de seus compatriotas, porém com os dos brancos da Europa, e a encarar a imigração europeia, o ‘branqueamento’ da população, como a cura do atraso econômico do país. Daí a pronta hospitalidade dos brasileiros, as sociedades, as alianças matrimoniais”. (DEAN, 1971; p. 88).

Apesar de enumerarem-se elaborações econômicas próprias para justificar a manutenção do pacto agrário, o mecanismo social tem implicações duplamente determinadas. Há o ensejo por parte da aristocrática rural de atenuar a alcunha “híbrida perniciosa” nativa através do branqueamento da população, pela imigração. O fetiche desse mesmo setor dominante pelos costumes e padrões comportamentais europeus legitimam, por um lado, a simbiose de classes por meio do matrimônio entre as elites, por outro, os interesses econômicos a justificam. Uma vez que os laços familiares são estabelecidos, uma identidade burguesa única é formada renunciando-se cada vez mais a essência progressista e particular do industrialismo. Essa lógica uma vez estruturada aprofunda ainda mais os empecilhos às rupturas potenciais, reforçando o pacto estrutural. Existe nesse processo uma motivação de essência econômica, mas o *modus operandi* social, com as peculiaridades características do “caráter brasileiro” em curso ao longo da nossa história.

Dessa forma, o pontapé inicial para uma explanação alternativa da lacuna deixada pela Escola de Campinas sobre a não ruptura de classes, está dado. A explicação do pacto agrário em sua dimensão econômico-social será aqui tratada, colocando-se como explicação necessária e fundamental, porém não suficiente para este exame. Convém, portanto, aprofundar a análise do problema sob perspectivas mais complexas acerca da dinâmica social arraigada em nossa história que determinam em grande parte esse processo. Nesse contexto, faz-se necessária a imersão em explicações e elaborações históricas, políticas e sociais para a problemática aqui iniciada por meio do caráter e do antirreformismo dos setores dominantes brasileiros e das classes médias urbanas que deram forma às conciliações de classes das frações dos setores dominantes nas transições do colonialismo para o capitalismo e do café para a industrial,



configurando um capitalismo retardatário, que tem como contraface a constituição do pacto agrário.

### **III.2 Aspectos políticos e sociais do Pacto Agrário: as dimensões constitutivas e estratégicas dos setores dominantes brasileiros**

A compreensão da constituição do pacto agrário e seus efeitos para a transição brasileira (do agrário para o urbano – expresso na relação café e indústria), somente consegue ser analisada em sua abrangência quando se procura investigar os elementos constitutivos da identidade de classe dos segmentos dominantes brasileiros, e como esses segmentos adotaram estratégias para manter o seu *status quo*, realizando transições modernizantes e ao mesmo tempo mantendo as relações arcaicas de dominação sobre as classes subalternas no campo. Nesse estudo os dois principais elementos constitutivos são a questão do caráter brasileiro e o antirreformismo dos segmentos dominantes, que é acompanhado pela classe média urbana.

#### **III.2.1 O Caráter brasileiro: os elementos constitutivos do “jeitão” das classes dominantes**

A coexistência de classes na passagem de uma economia centrada na produção agrária para a industrial na primeira metade do século XX, carrega em si mais do que uma simples acomodação política. Há uma explicação mais profunda acerca desse arranjo social, explicação essa, advinda do exame das raízes do escravismo brasileiro, que foi particular na história do país.

A partir da elaboração do pensamento clássico brasileiro, chega-se à construção de uma identificação no patriarcado como importante elemento de ligação/legitimidade/dominação entre os segmentos dominantes e seus subalternos, uma vez que a célula de nossa sociedade está fundamentada na família patriarcal brasileira, expressa não somente na família nuclear do senhor, mas de todo entorno de agregados e escravos de sua dinâmica. Ou seja, o patriarcado é uma das expressões da dominação hierárquica entre os diferentes níveis da “família” ampliada do senhor, nos termos da relação entre Casa Grande e Senzala, conforme apresentado do Freyre (2003 [1933]). Cabe observar que caso os indivíduos que compõem essa família ampliada não aceitem esse domínio do patriarca, a coerção (a repressão bruta e dura) era utilizada para dar “o exemplo”.

No âmbito do mesmo nível hierárquico societal (patriarca x patriarca; agregado x agregado; etc.), o mecanismo de funcionamento das relações sociais entre esses indivíduos ocorre a partir das relações de pessoalidade, à margem das regras institucionais, personificado no “homem cordial” conforme descrito por Sérgio Buarque de Holanda (1995 [1936]), que utiliza a pessoalidade e a afetividade para chegar aos seus interesses. A raiz dessas elucidações está assentada em uma formação econômico-social: latifundiária, aristocrática-agrária e escravocrata.

Gilberto Freyre (2003 [1933]) em *Casa-Grande & Senzala* define o caráter português como “vago e impreciso” por abarcar uma série de antagonismos e contradições, que inclusive, teriam sido fortemente responsáveis pelo sucesso da colonização lusitana no território brasileiro, o autor o define:

“A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte do seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre Europa e África. Nem intransigentemente de uma, nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sobre a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura, o ar da África, um ar quente e oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da igreja medieval; tirando os ossos do cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar; governando antes a África” (FREYRE, 2003 [1933]; p. 66).

E a partir de tais elementos contraditórios, étnicos e culturais, o mesmo autor conclui em relação ao lusitanismo:

“O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos.

Vários antecedentes dentro desse de ordem geral – bicontinentalidade, ou antes, dualismo de cultura e raça – impõem-se à nossa atenção em particular: um dos quais a presença, entre os elementos que se juntaram para formar a nação portuguesa, dos de origem ou estoque semita, gente de uma mobilidade, de uma plasticidade, de uma adaptabilidade tanto social como física que facilmente se surpreendem no navegador português do século XV. Hereditariamente predisposto à vida nos trópicos por um longo *habitat* tropical, o elemento semita, móvel e adaptável como nenhum outro, terá dado ao colonizador português do Brasil algumas de suas principais condições físicas e psíquicas de êxito e resistência [...]” (FREYRE, 2003 [1933]; p. 69-70).

Considerando esses elementos pré-coloniais que deram contorno ao início de nossa formação, outros elementos estruturais da colônia em si – clima, geografia, população nativa, momento histórico e a falta de capital - juntam-se, por fim, desembocando em uma sociedade rural e escravocrata, cuja célula social foi a família colonial, que sobre a base econômica da agricultura e do trabalho escravo derivou uma série de funções sociais e econômicas (FREYRE, 2003 [1933]). Nesse sentido, é no exame cuidadoso do seio da família colonial brasileira, bem como em suas interações com os demais elementos que compõem essa matriz, que Gilberto Freyre traz uma síntese interessante para diversas interpretações a esse trabalho, para a explicação da raiz de nossa sociedade.

O autor examina principalmente a dinâmica entre os escravos e os senhores no seio da família, simbolizada pelo intercuro entre a casa-grande e a senzala, em suas mais diversas e contraditórias relações. Por um lado, os escravos participavam do reduto familiar sob domínio do patriarca, estabelecendo relações complexas e íntimas com seus senhores. A manifestação dessas relações iam desde a afetividade da ama de leite para com os filhos do senhor, ao intercuro sexual entre senhor e escrava - cujos bastardos mestiços somavam-se à convivência da casa com naturalidade - até às relações dos “moleques negros” com os “sinhozinhos”. Nesta última há destaque na seguinte observação: ao mesmo tempo que o moleque negro era companheiro dos sinhozinhos nas brincadeiras infantis, também eram objetos de iniciação sexual destes, que impelidos à virilidade no trato desde cedo, tendiam à bestialidade e sadismo, comportamentos cuja essência faria parte de suas condutas sociais futuras:

“Refere-se o autor (...) ao período de “indiferenciação sexual” (...) que todo indivíduo atravessa como particularmente sensível àquelas influências. Nesse período é que sobre o filho de família escravocrata no Brasil agiam influências sociais – a sua condição de senhor cercado de escravos e animais dóceis – induzindo-o à bestialidade e ao sadismo. Esse mesmo dessexualizado depois, não raro guardava em várias manifestações da vida ou da atividade social do indivíduo (...). Transforma-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar o dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários – tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho. Gosto que tanto se encontra, refinado em um senso grave de autoridade e de dever, em um D.Vital, como brutalizado em rude autoritarismo em um Floriano Peixoto” (FREYRE, 2003 [1933]; p.113-114).

Este comportamento de sadismo do senhor e masoquismo do escravo, extrapolado para a vida política e social, para além da sexual-doméstica, é colocado como tônica. No cenário político, a relação é reproduzida através dos mandonismos exercidos em outras vítimas, frágeis

politicamente e socialmente como o escravo no seio da família patriarcal. Esse teor sádico encontra-se muitas vezes travestido em “princípio de autoridade” ou de “manutenção da ordem” (FREYRE, 2003 [1933]).

Outro elemento que ganha destaque com o autor nessa elaboração refere-se ao componente religioso. Apesar do português ter sido caracterizado com relativa acomodação de diversidade étnica em sua eugenia, o elemento condicionante dessa acomodação, foi sem dúvidas o catolicismo como profissão religiosa comum herdada pela sociedade brasileira. Gilberto Freyre (2003 [1933]) afirma que “o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade. Elemento de unionismo nacional” (FREYRE, 2003 [1933]; p. 92). No entanto, ao contrário do protestantismo ascético ao qual trata Max Weber em suas elaborações sobre a formação social e política americana, o cristianismo brasileiro é descrito por Freyre como “doméstico, lírico, doce e festivo”. Havia um tipo de intimidade entre os devotos e santos, e uma relativa subordinação da própria liturgia católica e formas de estabelecimento físico das igrejas ao reduto das casas-grandes, bem como sua subordinação de autoridade ao patriarcalismo. A igreja é força de influência na formação social brasileira, mas, mutuamente influenciada por ela. A consequência prática é que elementos tradicionais como instituições políticas superiores e a própria igreja não constituem limites aos mandonismos e pulsões do patriarca, a casa-grande se constitui como uma verdadeira autarquia nesse contexto.

Sérgio Buarque de Holanda (1995 [1936]) em *Raízes do Brasil* corrobora a interpretação patriarcal sobre a sociedade brasileira, expurgando-a para uma formação política e burocrática particular. A família se colocava como célula social mais básica e determinante e as relações familiares, de sangue e afeto, davam o tônus a todas as demais relações que se seguiam entre comuns na sociedade, segundo o autor:

“No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicado a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós” (HOLANDA, 1995 [1936]; p. 146).

Se a essência da sociedade é a família patriarcal e as relações familiares se expurgam como “modelo obrigatório a qualquer composição social”, o mecanismo de funcionamento

desse arranjo passa notadamente pela concepção do “Homem Cordial”. Para este, as relações pessoais e de afetividade, cordialidade e emotividade (para o bem ou para o mal) é a norma social. Ou seja, qualquer intercâmbio social deveria construir uma certa personalidade forçada ou não com o interlocutor, a fim de que seus objetivos e interesses fossem atingidos. Com isso, a impessoalidade da lei é colocada num segundo plano. Em outras palavras, essa força de relações sociais é a própria encarnação do “jeitinho brasileiro” que expressaria o caráter do povo brasileiro.

As relações particulares, contraditórias e complexas que se firmam dentro da casa-grande, entre senhores e escravos, firmadas entre um sadismo e masoquismo, açoitamento e familiaridade em um enredo de equilíbrio de antagonismos, transmuta-se a uma ordem social embrenhada de personalidade e com todos esses elementos ditando a perspectiva ampla de nossa formação social.

Tanto Gilberto Freyre como Sergio Buarque de Holanda, em suas obras, trazem elementos constitutivos importantes da nossa formação histórica, sobretudo de nossas classes dominantes, tais como a questão do núcleo familiar restrito (a Casa Grande) e ampliado (Casa Grande mais Senzala); o sadismo e masoquismo dos senhores; a questão da proximidade afetiva real ou construída como base para estruturar a relação entre os iguais, nos mesmos estratos sociais. **No entanto, esses elementos contam apenas uma parte das formas de dominação da sociedade brasileira (desde a colônia até os dias atuais). Sim o patriarcado é uma dimensão importante da ordem social, mas e quem não se adequava a essa ordem? Como se davam as relações entre classes (ou indivíduos) hierarquicamente distintos e como se dava e se dá a dinâmica da ascensão social?** Será que o jeitinho brasileiro é um traço constitutivo do seu povo? Esses dois autores dão respostas incompletas para essas questões. No caso de Freyre, segundo Oliveira (2012), há uma idealização da relação entre a casa grande e a senzala, uma suposta “dominação doce”, mesmo com alguns ensaios de masoquismo. No caso de Holanda (1995 [1936]), segundo Souza (2015), há uma funcionalização do tipo ideal weberiano do conceito de “homem cordial” que generaliza de forma a-histórica os elementos constitutivos das relações sociais brasileiras.

A partir daqui iremos nos apoiar em Francisco de Oliveira, no seu artigo *Jeitão e jeitinho: uma interpretação do caráter brasileiro*, que busca analisar o caráter brasileiro a partir de uma outra perspectiva. Sua hipótese é que: o jeitinho (o império da lei no segundo plano) “é uma atributo das classes dominantes brasileiras que se transmitiu às classes dominadas”, é não

um traço constitutivo do brasileiro como deixam transparecer Freyre (2013 [1933]) e Holanda (1995 [1936]) em suas obras.

Nas palavras de Oliveira (2012):

“A burla das classes dominantes brasileiras às normas seria atávica? Meu horror à burguesia (...) – cujo retrato acabado foi a açucarocracia pernambucana, perdulária e arrogante – tenderia a confirmar que o jeitinho é um caso de mau-caratismo, um dado subjetivo. Mas prefiro a trilha de Norbert Elias: a burla é uma forma de adotar o capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema. Incompleta porque o capitalismo trouxe para cá a revolução das forças produtivas, mas não as soluções formais de civilidade. As classes dominantes então “se viram”, dão um jeitinho para garantir a coesão de um sistema troncho e, *comme il faut*, a exploração” (DE OLIVEIRA, 2012).

O abandono da população ex-escrava à própria sorte após o fim da escravidão, que trata Florestan Fernandes (2008 [1964]), é considerado o “jeitão” das classes dominantes para livrarem-se do problema, em vez de incorporarem-nos ao sistema produtivo através do trabalho regular assalariado, oferecendo-lhes meios para cultivo da terra (DE OLIVEIRA, 2012). O resultado foi um grande contingente populacional de trabalhadores logrados à informalidade mesmo depois da industrialização. **Mais uma vez, vê-se claramente o aspecto da adoção do capitalismo incompleto através de soluções informais. “A não resolução da questão do trabalho, o seu estatuto social, é no fundo a matriz do jeitinho. Simpático, ele é uma das maiores marcas do moderno atraso brasileiro”** (OLIVEIRA, 2012, p.6).

A outra faceta do “jeitinho”, que sintetiza o mandonismo, tratado anteriormente, é a repressão quando surge qualquer conflito. Nessas situações, a informalidade do “homem cordial” é substituída pela coerção arbitrária e muitas vezes cruel:

“A informalidade é a forma, o jeitinho de substituir as relações racionais e obrigatórias pela intimidade, como já demonstrou Sérgio Buarque. Mas essa substituição, assim que se apresenta o primeiro conflito, mostra sua outra face: a informalidade se converte em rigor mais severo, no apelo à arbitrariedade e não raro em exibições de crueldade. O senhor de engenho que se deitava com sua mucama era o mesmo que a castigava no tronco quando alguma falta, suposta ou verdadeira, lhe ofendia a propriedade (DE OLIVEIRA, 2012).

Para Oliveira (2012), o jeitinho brasileiro nasceu inicialmente das contradições entre a ordem liberal e uma realidade escravista, transformando-se num código de sociabilidade brasileira em virtude da transmissão dos atributos das classes dominantes e enorme rigidez da ascensão social dos dominados. Em parte, o jeitinho vai funcionar como uma das poucas estratégias dos dominados para ascender socialmente, dada a ordem social de elevada rigidez

em virtude dos efeitos do jeito dos setores dominantes, que mantêm relações mercantis capitalistas incompletas. “Parece sempre que as pessoas estão ‘sobrando’. Elas são como que resquícios de relações não mercantis, não cabem no universo da civilidade. E às pessoas que sobram pode ser pedido qualquer coisa, já que é obrigação do dominado servir ao dominante” (OLIVEIRA, 2012, p.5).

Esse é o caráter brasileiro delineado pelos setores dominantes que conformaram o início do Pacto Agrário, colocando de forma explícita a raiz da lógica social que nos circunda. Dessa ótica, desdobra-se a contraface desse fenômeno que é o antirreformismo, busca constante dos segmentos dominantes de manter a ordem vigente a qualquer custo.

### **III.2.2 O Antirreformismo**

As relações da casa grande entre senhores e extensão familiar, na qual os escravos e agregados a compunham além da família celular, em grande parte, explicam através do patriarcalismo associado ao “jeitão” dos setores dominantes, a conformação da essência de nossas relações sociais, principalmente na formação da consciência da classe dominante. A partir dessa elaboração, emerge a imagem de setores dominantes cuja mentalidade é forjada a partir do recrudescimento de marcas de um sadismo transmutado em mandonismo, herdados da escravidão, mas também a afetividade dos laços familiares, de compadrio e, sobretudo, da coerção arbitrária e cruel quando surge qualquer conflito ou sinais embrionários que poderiam no futuro gerar mudanças na ordem tradicional estabelecida. Esses setores dominantes têm um DNA intrinsecamente ruralista, e tem na grande propriedade não somente o *locus* de sua determinação econômica, mas simbolicamente, essa representa a formação de sua identidade e manifestação de poder.

A República no Brasil nasce com o conservadorismo arraigado em suas bases, trazendo consigo todas as alcunhas da sociedade patriarcal e ruralista, bem como toda a atuação do poder político caminhou no sentido de garantir os estamentos conservadores de sua base econômica e social. O café é a raiz da República, e como visto no capítulo anterior, a economia cafeeira promove uma série de transformações no ambiente econômico e social pela própria necessidade do capitalismo em processo de desenvolvimento. Por um lado, a economia cafeeira promove a diminuição dos espaços ao integrar tanto o espaço físico, pela expansão das ferrovias, quanto o meio rural às cidades, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação.

Em uma segunda via, há intensificação da urbanização e também pela centralização relativa do poder político na República, o aumento do aparelho público requereu cada vez mais o crescimento de uma burocracia civil para o desempenho das novas funções políticas do conjunto federativo. Um dos resultados desses processos que vão se desenrolando no decorrer da virada do século até os primeiros decênios do século XX, é a emergência de novas classes médias, sobretudo urbanas, compostas basicamente da burocracia civil, militar e de profissionais liberais. (PINHEIRO, et al., 2006a).

As transformações em curso por ocasião da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho através da economia primário-exportadora do café, a saber: a urbanização e o surgimento das classes médias; representou o surgimento, em teoria, de elementos da vida burguesa com capacidade de influenciar novas forças sociais e econômicas para fins progressistas. No entanto, no Brasil, esse potencial não é verificado. As cidades surgem dentro da dinâmica da economia primário-exportadora, e não ocasionalmente, com marcas nítidas da sociedade oligarca e conservadora cafeeira. Esta continuidade se verificará claramente na mentalidade das novas classes médias urbanas, que embora heterogêneas e com representações pontuais de insurgência – vide o Tenentismo como exemplo – não condensarão a nível social uma força de contraponto ao poder político das velhas oligarquias conservadoras, pelo contrário:

“(...) ‘Como se viu, a cidade, nesta altura (1914-1930), é basicamente anti-industrial. Ela é o bastião dos interesses oligárquicos, que favorecem a integração crescente do país na divisão internacional do trabalho, como produtor especializado de produtos primários’. Durante as crises internacionais, quando ocorre escassez de alguns produtos industriais (...), que torna inevitável a substituição de importações, pelo próprio tamanho do mercado urbano, as classes médias urbanas não perderão seus preconceitos em relação à ‘indústria nacional’. Não será essa posição um indicador do peso desse ‘bastião de interesses oligárquicos’ na ação das classes médias na Primeira República? Uma classe média que lamenta não poder comer mais manteiga dinamarquesa ou importar tecidos do *Printemps* ou da *Galerie Lafayette*, de Paris, dificilmente teria condições de ser o agente de um processo de industrialização.” (SINGER, 1973 apud PINHEIRO, et al. 2006a; p. 29).

As classes médias que vão se formando, surgem replicando a mentalidade da elite agrária dominante, se solidarizando e tomando para si valores pertencentes à classe dos grandes proprietários de terra, e copiando inclusive, seu modo de vida às proporções de posses que detinham e de suas relações com os trabalhadores manuais. A ideia principal não era a da crua aderência, mas de gozar dos “privilégios e prerrogativas da classe superior, a começar pelo privilégio da autoridade e mando” (QUEIROZ, 1969 apud PINHEIRO, et al., 2006a; p. 43). As classes médias, ao contrário das expectativas idealizadas a respeito de seu papel, nunca foram



capazes no Brasil de atuar no sentido de uma transformação radical e colocar em risco o regime de dominação em curso. Tal classe, pelo contrário, era mantenedora do *status quo* e deteve-se a compor juntamente com as classes dominantes (PINHEIRO, et al., 2006a).

As classes médias, nesse contexto, representaram um braço mediador das classes dominantes, e sua acomodação e aderência aos interesses destes permitem a legitimação de um antirreformismo arraigado no contexto econômico, político e social brasileiro. Aos poucos, o antirreformismo passa a ser uma ideologia comum às classes dominantes do país.

Nelson de Oliveira (2009) em *Desordem e Regresso* analisa esse antirreformismo na perspectiva do latifundismo e da resistência à reforma agrária, no entanto, seus argumentos são inteligíveis para o plano mais amplo do antirreformismo brasileiro, por evidenciar a dinâmica generalizada entre as classes em torno desse objeto.

Os grandes proprietários de terra, bem como suas representações políticas tinham fortes marcas anti-inovadoras. Havia dificuldade de assimilação de inovações mesmo quando existia unanimidade sobre sua necessidade, para a manutenção de sua posição econômica. Essas classes temiam, na verdade, que as mudanças advindas das inovações oferecessem riscos de alterar de alguma forma as relações sociais nas quais possuíam controle e privilégios, bem como a garantia da estrutura de propriedade:

“(...) Não havia disposição de romper com os limites estruturais ou políticos definidos pelo regime de propriedade estabelecido, pelo menos de modo tão drástico. (...) O intuito aqui não vai muito além do simples desejo de modernizar as estruturas pelo alto, e de deixar intacto um sistema de propriedade que, como diria posteriormente e em outra circunstância Costa Porto, devia sobreviver como uma garantia da estabilidade política e da unidade nacional (Porto, 1985), mirando-se no exemplo do restante da América do Sul e na sua lamentável e pouco eficaz, como diria, pulverização republicana. Mesmo entre as camadas mais populares, em que aos poucos iam se libertando da escravidão e procuravam encontrar-se na vida como trabalhadores livres, as críticas ao quadro existente mais primavam pela acomodação do que pela exigência de rupturas mais profundas. A grande extensão de terras livres e públicas contribuía talvez para amortecer o ímpeto dos protestos, já que havia sempre uma expectativa de que mudanças e reformas pudessem ser realizadas naturalmente, por uma decisão pelo alto de distribuir as “fartas riquezas”, e de que novas relações sociais brotassem daí sem a necessidade de grandes desperdícios em vidas humanas (...)” (DE OLIVEIRA, 2009; p. 84-85; PORTO, 1985 apud DE OLIVEIRA, 2009).

Para Oliveira (2009), o principal mecanismo de defesa aos intentos de reformismo era exatamente a contrarreforma: “(...) desmontagem de qualquer perspectiva de transformação social que aponte para rupturas com padrões de dominação, ou com velhos condicionamentos

tais como os que derivam das classes originárias da propriedade da terra” (DE OLIVEIRA, 2009; p. 81-82).

As classes dominantes ao perceberem possíveis movimentos que ameaçassem seus *status quo* agiam no sentido de sufocar qualquer intento, antes de sua pronta instalação. Fato que ilustra esse caráter premonitório contrarreformista foi a instauração da Lei de Terras de 1850, décadas antes do fim da escravidão. Pela lei, notoriamente os ex-escravos que, evidentemente, estavam fora da lógica de potencial compra e venda de propriedade, colocavam-se fortemente longe do acesso à terra. Este cenário decerto acalentou os grandes proprietários de terra, garantindo a partir disso a exploração do trabalho, a despeito de, agora, este ser livre (DE OLIVEIRA, 2009).

Além de impedir o livre acesso às terras, qualquer ensaio de sua ocupação indevida era criminalizada, e a resposta imperativa aos intentos encontrava-se numa aberta e despudorada repressão. O começo do século XX foi marcado por episódios cuja ocupação da terra foi duramente reprimida pela ação da República e dos coronéis locais. A Guerra de Canudos e do Contestado, apesar do componente religioso em suas formações, eram marcados fortemente pelo caráter da terra, sobretudo no Contestado. Em Canudos, os fluxos de famílias sertanejas de estados vizinhos que migraram para o povoado foram intensos, além da população já adepta ao movimento antes de sua fixação, fazendo com que em sua curta duração, tomasse grandes dimensões. No Contestado, as disputas de terras entre os Estados de Paraná e Santa Catarina, junto aos coronéis e respectivas clientelas, também resultaram num intenso conflito de enormes proporções. O resultado dos dois episódios foi o mesmo: respondido com duríssimas repressões através das tropas da República, que assassinaram os sertanejos participantes e fizeram ruínas das cidadelas construídas pelos movimentos. (PINHEIRO, et al., 2006b).

“(…) A repressão e o assassinio dos sertanejos, habilmente transfigurados de fanáticos, não buscava mais do que esconder a questão fundamental da concentração da propriedade e a continuidade de relações sociais escravistas por outros meios, ou impedir que essa se pudesse revelar por meio de uma ação consciente das próprias vítimas. O espírito da repressão era, no fundo, o mesmo que havia prevalecido na institucionalização da Lei de Terras, quase cinco décadas atrás. Assim como aquela, esta visou fundamentalmente travar uma possibilidade de que os “de baixo” pudessem vir a controlar as suas próprias ações, resguardando com isso os interesses dos grupos oligárquicos no poder, não só no presente, mas certamente no futuro. Se o movimento de Canudos não emergia como uma força mediante reivindicações claramente reformistas, tornava-se uma ameaça pelo que deixava implícito na decisão de constituir-se. Talvez por isso tenha atraído tanto a fúria do jovem poder republicano e se tornado alvo dessa ação criminoso numa guerra suja, comandada por militares e

civis, cujo espírito maior era reforçar o espírito fundamental do contrarreformismo” (DE OLIVEIRA, 2009; p. 100).

Depois de delineado o pano de fundo que explica o contexto antirreformista, Oliveira (2009) chega ao ponto de mencionar o outro eixo que adere à ideologia das elites agrárias: a burguesia industrial nascente. As tentativas da esquerda de formar uma aliança progressista com a burguesia industrial emergente, contra o conservadorismo agrário foram frustradas. A ideia de apoiar a industrialização com a intenção de modernizar a estrutura produtiva, bem como subordinar o campo atrasado ao capital industrial urbano, mais dinâmico, em uma frente política de aliança entre burguesia e esquerda, não tivera a aderência da primeira. O ponto era de que o atraso era benéfico à burguesia emergente, na medida em que as condições vigentes garantiam a superexploração. Além disso, a preservação da ordem também era um fim buscado por tal classe social, uma vez que reformas e alianças perturbavam a ordem das coisas e representavam ameaças e imprevisibilidades. A aliança que passa a se fortalecer desde então foi exatamente entre a burguesia industrial nascente com a burguesia agrária conservadora. Estas últimas embora tenham perdido o seu poderio econômico com o tempo, ainda detinham dominância política e ideológica, bem como capacidade de articulação, fatores imprescindíveis à burguesia industrial emergente, ainda fraca e sem projeto próprio (DE OLIVEIRA, 2009).

Em suma, as classes que em outros contextos de desenvolvimento capitalista, sempre representaram uma aliança progressista, no Brasil, aliaram-se ao conservadorismo agrário em busca de garantir o *status quo* das elites dominantes e assimilando fortemente tal ideologia. Nessas condições que o pacto agrário se firma, avesso à rupturas e promotor de simples ajustamentos “por cima”, quando inevitável. A indústria que representaria uma possibilidade de mudança não somente produtiva, mas das relações sociais, nesse contexto, nasce com um pé do café, e o café tem forte essência antirreformista e escravocrata.

Em linhas gerais, o caso brasileiro evidencia a perspectiva da incompletude de seu processo capitalista e sua modernização truncada, exatamente pela união das condições econômicas, históricas e sociais discutidas nas seções anteriores. No âmbito econômico, a escassez de capital e abundância dos fatores de produção, a saber: terra e mão de obra, que resultavam em crônico excesso de oferta, com lucros reinvestidos na própria base primário-exportadora (FURTADO, 2000 [1961]). Em outra leitura, essa elasticidade da oferta de mão de obra tem significado mais profundo. Expressa, por um lado, o abandono à própria sorte da população escrava recém liberta e banida do acesso à terra, abandono este contido na ausência

de preparo do negro às condições do trabalho livre, tendo que competir com os “trabalhadores nacionais” e os imigrantes importados da Europa (FERNANDES, 2008 [1964])

A opção de importação de mão de obra europeia conseguiu ser transformada em “política de Estado”, e a consequente sobra da antiga força de trabalho escrava negra e de mestiços, foi funcional para a criação de um exército de reserva, que manteve intacta a estrutura de exploração pela elite agrária e posteriormente, pela industrial. Ou seja, classes dominantes utilizaram estratégias de antirreformismo para manter o seu *status quo*, expressando o jeito dos dominantes que delineia o caráter do povo brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo analisar a incompletude da formação capitalista brasileira, à luz do processo de industrialização, destacando o limitante do Pacto Agrário, que definiu-se como a não ruptura política, social e econômica das burguesias industrial e cafeeira, com essências distintas, mas congruentes na manutenção de seus *status quo*. Para tanto, discutiu-se os elementos constitutivos do pacto, a saber: sua essência, o caráter brasileiro e seu mecanismo de perpetuação, o antirreformismo; bem como esta aliança influenciou o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

O processo de formação capitalista brasileiro inicia-se no seio da economia cafeeira e se consolida com a transição de uma economia primário exportadora (pautada no café) para a industrial manufatureira. Esta passagem é ponto de significativas controvérsias, na medida em que as interpretações sobre as relações causais entre café e indústria pautam-se em uma dualidade entre crise ou auge da economia primário-exportadora cafeeira para determinação da industrialização.

Por um lado, a industrialização foi motivada a partir de choques exógenos, a saber: Primeira Guerra Mundial e crises financeiras do início do século XX; e consolidada a partir de 1930, com a Grande Depressão. A interrupção física das fontes tradicionais de importação, restrições subsequentes na balança de pagamentos, deterioração das contas públicas e cessão de crédito interno e externo, grosso modo, colocam-se nessa teoria como variáveis explicativas do surgimento da indústria nacional, como processo de substituição de importações, defendida pela Teoria dos Choques Adversos. Em contraposição a ela, a Teoria da Industrialização Induzida por Exportações destacava que o auge cafeeiro promoveu o surgimento da indústria nacional, uma vez que criou a estrutura – logística, urbana e de mercado interno – para possibilitar a instalação deste novo paradigma produtivo.

A Escola de Campinas faz avanços na interpretação da transição capitalista, na medida em que se desfaz da relação de causalidade unívoca que as teorias clássicas se equivalem. Estes consideram que café e indústria são faces de um mesmo processo de desenvolvimento. Os dois paradigmas produtivos, no entanto, guardam relações contraditórias entre si. Ao mesmo tempo em que a estrutura advinda da economia cafeeira contribui para o nascimento e desenvolvimento da indústria, seu caráter mercantil representa um obstáculo ao desenvolvimento das bases materiais capitalistas. A inserção da economia brasileira na divisão

internacional do trabalho promove um rápido crescimento econômico, no entanto, sua posição subordinada ante aos países centrais indicam a permanência do país como produtor de matérias e bens primários que sirvam ao capital.

Dessa forma, não se criam bases materiais capitalistas para a autodeterminação econômica, e a industrialização torna-se possível na franja da economia cafeeira. Sob o aspecto externo, ela ocorre pela possibilidade de importação de máquinas e equipamentos, sem que haja mudança estrutural produtiva, pelo momento em que se encontra o capitalismo mundial. Sob o aspecto interno, a discussão delineou-se pela dimensão social e política, uma vez que a explicação se pautou na manutenção do Pacto Agrário, ou seja, a não ruptura política, econômica e ideológica entre a burguesia cafeeira tradicional e a burguesia industrial nascente foi determinante para obstaculizar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. No entanto, a interpretação da Escola de Campinas é limitada por não avançar na exploração do aspecto interno associado ao DNA e as estratégias dos setores dominantes brasileiros que constituíram esse pacto. Essa interpretação coloca que essa não ruptura é produto apenas de resultados de interesses econômicos, ignorando o aspecto da crítica da economia política do pacto.

Diante da limitação da Escola de Campinas sobre a determinação interna desta não ruptura, o trabalho, por fim, teve como resultado buscar preencher a lacuna deixada chegando mais longe nesta abordagem. Assim, o Pacto Agrário ganha dimensões importantes como obstáculo ao desenvolvimento capitalista brasileiro, na medida em que não somente não ratifica os processos ocorridos nos países do centro – enquanto Revolução Burguesa –, mas mais que isso, ocasiona à burguesia industrial a ideologia do atraso. Essa ideologia tem por essência o caráter brasileiro, cujos elementos patriarcais, sadomasoquistas, mandonistas e desobediência às leis e regras desdobram-se em uma burguesa única, que atua com vistas à perpetuação de seus privilégios de propriedade por meio do antirreformismo. O antirreformismo como prática de manutenção do *status quo* manifestava sua força por meio da repressão, da violência e dos mecanismos de burlar as regras, a qualquer ensaio que poderia quebrar posições tradicionais dos segmentos dominantes, perpetuando a sustentação dos interesses de um setor dominante, agora, unido em torno de uma ideologia comum.

Entender as bases pelas quais o capitalismo brasileiro fundou-se importa para além da compreensão histórica em si. A identidade ideológica de nossas elites permanece a mesma do período aqui estudado. O setor dominante brasileiro é fortemente atrasado, transvestido de modernidade e cosmopolitismo, e atua, a qualquer custo, para garantir seus privilégios. A classe média que aderiu a ideologia do pacto agrário anteriormente, é a mesma que ainda hoje absorve

a mentalidade da elite do atraso, legitimando-a como se gozassem dos mesmos privilégios da classe soberana. Em suma, os resultados deste trabalho buscaram oferecer sua contribuição para o entendimento de uma das dimensões do atraso do desenvolvimento brasileiro, que tem sido pauta persistente durante tanto tempo em nossa jovem república.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, F.H. **Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo**. Revista Brasiliense, (28), março/abril, 1960.

Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. **O Brasil republicano**, v. 9: **Sociedade e instituições (1889-1930)**/por Paulo Sérgio Pinheiro... [et al]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1971.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. Globo Livros, 2008.

FRANCO, G. H. B. A primeira década republicana. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**; apresentação Fernando Henrique Cardoso. 48.ed. São Paulo: Global, 2003.

FRITSCH, W. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2007.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, vol.1. In: BIELSCHOWSKY, R.(org.). Rio de Janeiro: Record, 2000.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/ O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.



OLIVEIRA, F. **Jeitão e Jeitinho: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro.** ed.73. Revista Piauí, 2012.

OLIVEIRA, N. Antirreformismo, estabilidade e desarticulação social: espectros de um republicanismo oligárquico. **Desordem e Regresso, o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000.** In: GOMES, F.G; PINTO, E.C. (org.). São Paulo: Edições Mandacaru: Hucitec, 2009.

PELAEZ, C.M. **A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira.** vol.22, Revista Brasileira de Economia, 1968.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais\*. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, vol.1. In: BIELSCHOWSKY, R.(org.). Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAES, Flávio A. M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados [online]**. 1989, vol.3, n.7, pp. 20-39. ISSN 0103-4014.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil.** 5.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TAVARES, M.C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, vol.1. In: BIELSCHOWSKY, R.(org.). Rio de Janeiro: Record, 2000.

Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. **O Brasil republicano**, v. 9: **Sociedade e instituições (1889-1930)**/por Paulo Sérgio Pinheiro... [et al]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. - 8<sup>ª</sup> ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.